JOSÉ RUBENS PLATES

O FINANCIAMENTO E A GESTÃO DO PENITENCIÁRIO BRASILEIRO

Dissertação de Mestrado

Orientador: Professor Titular Doutor Regis Fernandes de Oliveira

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

SÃO PAULO

2020

JOSÉ RUBENS PLATES

O FINANCIAMENTO E A GESTÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO

Dissertação de Mestrado, apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, na área de concentração DEF - Direito Econômico, Financeiro e Tributário, sob a orientação do Professor Titular Dr. Regis Fernandes de Oliveira.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

SÃO PAULO

2020

AUTORIZO A REPRODUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

ASSINATURA: _____ DATA: _____

Catlogação na Publicação
Serviço de Processos Técnicos da Biblioteca da
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Plates, José Rubens

O financiamento e a gestão do Sistema Penitenciário Brasileiro / José Rubens Plates. -- São Paulo, 2020.

183 p. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

Orientador: Regis Fernandes de Oliveira.

1. Financiamento. 2. Gestão. 3. Sistema penitenciário. 4. Custo do encarceramento. 5. Despesas públicas com presos. 6. Fundo penitenciário nacional. 7. Intervenção judicial. 8. Orçamento público. 9. Política penitenciária. 10. Estado de coisas inconstitucional. I. Oliveira, Regis Fernandes, orient. II. Título.

Nome: José Rubens Plates

Título: *O Financiamento e a Gestão do Sistema Penitenciário Brasileiro*

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO, APRESENTADA À BANCA EXAMINADORA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO, DA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, NA ÁREA DE CONCENTRAÇÃO DEF - DIREITO ECONÔMICO, FINANCEIRO E TRIBUTÁRIO PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE EM DIREITO.

APROVADO EM: ____ / ____ / ____

COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA

ORIENTAÇÃO: PROF. TIT. DR. REGIS FERNANDES DE OLIVEIRA INSTITUIÇÃO: _____

JULGAMENTO: _____ ASSINATURA: _____

PROFESSOR: _____ INSTITUIÇÃO: _____

JULGAMENTO: _____ ASSINATURA: _____

PROFESSOR: _____ INSTITUIÇÃO: _____

JULGAMENTO: _____ ASSINATURA: _____

PROFESSOR: _____ INSTITUIÇÃO: _____

JULGAMENTO: _____ ASSINATURA: _____

Dedico este trabalho à minha amada família.

Minha esposa Adriana, e aos nossos filhos Gabriel e Lucca, que tiveram tantas horas poupadas em função deste trabalho acadêmico.

Dedico também a toda sociedade brasileira, vítima de um sistema penitenciário que tem alimentado diariamente a violência, a injustiça e a corrupção.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pela vida e pela força para realizar meus sonhos.

Agradeço aos meus pais, Mariza e Sinésio (*in memoriam*), e ao meu irmão Rogério, que nunca deixaram faltar amor e incentivo aos meus projetos.

Agradecimento especial a meu irmão Fabiano (*in memoriam*), cuja história de vida na administração prisional me inspirou a trabalhar com o tema.

Agradeço à minha esposa Adriana, e aos nossos tesouros Gabriel e Lucca, pelo apoio e pelas constantes visitas ao escritório de trabalho, que me abastecem do que há de melhor na vida.

Agradeço aos meus sogros, José Carlos Dal'acqua e Marta Maria, e à cunhada Juliana, pela torcida e orações.

Agradeço ao meu orientador, o professor e jurista Regis Fernandes de Oliveira, por aceitar este desafio acadêmico, e me orientar com grandeza.

Ao Ministério Público Federal (MPF), minha segunda casa, que além de resultados extraordinários à sociedade brasileira, incentiva o aprimoramento profissional e acadêmico dos seus integrantes.

À minha equipe na Procuradoria da República em JALES/SP, comprometida com os melhores resultados no serviço público e na tutela dos direitos fundamentais.

Agradeço aos amigos, Adalmo Oliveira, Andressa Oliveira Júlio, Bruno Valentim Barbosa, Carlos Alberto dos Rios Júnior, Denis Passerotti, Edson Restanho, João Vitor Xavier, Martin Gesto, Omar Theodoro, Paulo Henrique B. Marino, Rafael Neubern, Raphael Croco, Ricardo Torres, companheiros de angústias e vitórias na vida acadêmica.

Agradecimento aos Conselheiros do MPF, Subprocuradores-Gerais da República, Luiza Cristina Fonseca Frischeisen e Mario Luiz Bonsaglia, incansáveis na causa da justiça e no apoio aos Procuradores da República.

Agradeço aos professores César Barros Leal, Cláudio do Prado Amaral, José Maurício Conti e Maurício Kuehne, pelas valiosas contribuições para esse trabalho.

*“Pois eu estava com fome e me destes de comer; eu estava com sede e me destes de beber; eu era estrangeiro e me recebestes em casa; eu estava nu e me vestistes; eu estava doente e cuidastes de mim; **eu estava na prisão e fostes me visitar.**”¹*

¹ Evangelho de Jesus, segundo Mateus 25, 35-36.

PLATES, José Rubens. *O Financiamento e a Gestão do Sistema Penitenciário Brasileiro*. 2020. 183 p. Dissertação (Mestrado em Direito Econômico, Financeiro e Tributário) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

RESUMO

Esta dissertação parte da abordagem federativa do sistema penitenciário brasileiro “federalismo penitenciário”, adentrando ao campo das responsabilidades, dentre os diversos entes estatais, pelo custeio e a gestão do referido sistema. No segundo capítulo, abordam-se aspectos penais e fáticos do sistema penitenciário, avaliando a missão do Direito Penal e aspectos das penas, suas teorias, funções e a evolução histórica, perpassando pela humanização delas, e chegando nas Regras Mínimas da ONU para Tratamento dos Prisioneiros, de 2015 (Regras de Mandela). Após apontar características globais do aprisionamento, e em alguns países estrangeiros, chega-se ao sistema brasileiro, com as divulgações feitas por organismos nacionais e internacionais quanto ao estado caótico que se encontra nosso gerenciamento das pessoas privadas de liberdade, bem como as constantes violações de direitos humanos. No terceiro capítulo, aprofunda-se sobre o custo do encarceramento e a baixa transparência (opacidade) da despesa pública com a manutenção das pessoas presas, destacando-se o Fundo Penitenciário Nacional (FUNPEN), seus instrumentos financeiros, receitas e repasses de recursos, os contingenciamentos e a efetividade das políticas públicas dele decorrentes. Analisam-se auditorias e fiscalizações sobre o FUNPEN, bem como medidas de responsabilização propostas pelo Ministério Público. No quarto capítulo, apontam-se modelos alternativos para o gerenciamento das prisões, como as Parcerias Público-Privadas (PPP's) e as Associações de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC's), mencionando, ainda, boas práticas, como o monitoramento eletrônico e a utilização das artes na recuperação dos presos. No quinto capítulo, avalia-se a jurisprudência (nacional e internacional) sobre a questão prisional, abordando o ativismo judicial para solucionar as falhas estruturais do sistema brasileiro, bem como a reserva do possível e os reflexos orçamentários. Além de julgados do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF), aprofunda-se sobre o decidido na ADPF 347 MC/DF, que reconheceu o “Estado de Coisas Inconstitucional” (ECI) no sistema penitenciário brasileiro e determinou, dentre outras providências, o descontingenciamento das verbas do FUNPEN. Após detida análise bibliográfica, jurisprudencial e em base de dados, conclui-se o trabalho de pesquisa, com propostas federativas, financeiras e de gestão que impactem positivamente nas condições prisionais no país.

Palavras-chave: Financiamento. Gestão. Sistema penitenciário. Custo do encarceramento. Despesas públicas com presos. Fundo penitenciário nacional. Intervenção judicial. Orçamento público. Política penitenciária. Estado de coisas inconstitucional.

PLATES, José Rubens. *The Financing and the Management of Brazilian Penitentiary System*. 2020. 183 p. (Masters dissertation) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

ABSTRACT

This dissertation starts from the federative approach of the Brazilian penitentiary system "penitentiary federalism", entering the field of responsibilities, among the various state entities, for the costing and management of that system. In the second chapter, criminal and factual aspects of the prison system are addressed, evaluating the mission of Criminal Law and aspects of penalties, their theories, functions and historical evolution, going through their humanization, and arriving at the UN Minimum Rules for the Treatment of Prisoners , 2015 (Mandela Rules). After the global characteristics of imprisonment, and in some foreign countries, the Brazilian system arrives, with the disclosures made by national and international organizations regarding the chaotic state that our management of persons deprived of liberty is in, as well as the constant violations of human rights. In the third chapter, it delves into the cost of incarceration and the low transparency (opacity) of public expenditure on the maintenance of prisoners, notably the National Penitentiary Fund (FUNPEN), its financial instruments, revenues and transfers of resources, the contingencies and the effectiveness of public policies resulting from it. Audits and inspections on FUNPEN are analyzed, as well as accountability measures proposed by the Public Ministry. In the fourth chapter, alternative models for the management of prisons are pointed out, such as Public-Private Partnerships (PPP's) and Associations for the Protection and Assistance of Convicts (APAC's), also mentioning good practices, such as electronic monitoring and use of arts to recover prisoners. In the fifth chapter, the jurisprudence (national and international) on the prison issue is evaluated, addressing judicial activism to resolve the flaws in the Brazilian system, as well as the reserve of the possible and the budgetary reflexes. In addition to judgments from the Superior Court of Justice (STJ) and the Supreme Federal Court (STF), it delves into what was decided in ADPF 347 MC / DF, which recognized the "State of Things Unconstitutional" (ECI) in the Brazilian penitentiary system and determined, among other measures, the decommissioning of FUNPEN funds. After bibliographic, jurisprudential and database analysis, the research work is concluded, with federative, financial and management proposals that positively impact prison conditions in the country.

Keywords: *Financing. Management. Penitentiary sistem. Cost of incarceration. Public expenditure on prisoners. National penitentiary fund. Judicial intervention. Public budget. Penitential policy. State of unconstitutional things.*

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE FIGURAS

Figura 1– Arquitetura do Panóptico.....	31
Figura 2 - Gastos públicos com presos no Brasil em 2017.....	76
Figura 3 - Mapa das penitenciárias federais distribuídas pelo país.....	88

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 - Cena do Filme O Milagre da Cela nº 7.....	23
Fotografia 2 - Prisão na Ilha Bastoei (Oslo, Noruega).....	43
Fotografia 3 - Presos algemados em lixeira, em Porto Alegre/RS.....	58
Fotografia 4 - Cena do filme O Poço.....	67
Fotografia 5 – Presídio Urso Branco, Porto Velho (RO).....	158
Fotografia 6 – Complexo Prisional Pedrinhas/MA.....	159

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução das pessoas privadas da liberdade entre 1990 e 2016.....	52
Gráfico 2 - População prisional do Brasil por Unidade da Federação.....	59
Gráfico 3 - Execução orçamentária FUNPEN, 2015 a 2019.....	103

LISTA DE QUADRO

Quadro 1 - ‘Bezerra da Silva’, pintado pelo detento Vinícius M. Lima (ES).....	138
--	-----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Participação da política penitenciária nos orçamentos dos entes federativos.....	84
Tabela 2 - Demonstrativo de Arrecadação do FUNPEN por categoria de receita: 1994 a 2011.....	94
Tabela 3 - Estimativa de receitas de todas as Fontes do FUNPEN – 2020.....	96
Tabela 4 - Transferência Total de Créditos do FUNPEN por Unidade Federativa.....	99
Tabela 5 - Utilização dos Créditos do FUNPEN – 1995 a 2011.....	108
Tabela 6 – Comparativo de gastos por preso em diferentes modalidades de gestão em 2019.....	128

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADPF	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental
APAC	Associação de Proteção e Assistência aos Condenados
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CEF	Caixa Econômica Federal
CIDH	Corte Interamericana de Direitos Humanos
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CNMP	Conselho Nacional do Ministério Público
CNDH	Conselho Nacional de Direitos Humanos
CNCP	Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária
CIDH	Corte Interamericana de Direitos Humanos
CP	Código Penal
CPP	Código de Processo Penal
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
CRFB	Constituição da República Federativa do Brasil
DEPEN	Departamento Penitenciário Nacional
ECI	Estado de Coisas Inconstitucional
EUA	Estados Unidos da América
FAB	Força Aérea Brasileira
FBAC	Federação Brasileira de Assistência aos Condenados
FUNPEN	Fundo Penitenciário Nacional
GECAP-USP	Grupo de Estudos Carcerários Aplicados da Universidade de São Paulo
HC	Habeas Corpus
INFOPEN	Sistema Nacional de Informações Penitenciárias
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
GT	Grupo de Trabalho
LC	Lei Complementar
LEP	Lei de Execução Penal
MC	Medida Cautelar
MPD	Ministério Público Democrático
MPE	Ministério Público Estadual
MPF	Ministério Público Federal

MPV	Medida Provisória
ONG	Organização Não Governamental
OGU	Orçamento Geral da União
PCC	Primeiro Comando da Capital
PCPA	Presídio Central de Porto Alegre
PIB	Produto Interno Bruto
PLC	Projeto de Lei da Câmara
PLS	Projeto de Lei do Senado
PNASP	Programa Nacional de Apoio ao Sistema Prisional
PNUD	Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento
PPP	Parceria Público-Privada
RESP	Recurso Especial
RE	Recurso Extraordinário
SISDEPEN	Sistema De Informação Do Departamento Penitenciário Nacional
SPF	Sistema Penitenciário Federal
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
STF	Supremo Tribunal Federal
TCE	Tribunal de Contas do Estado
TCU	Tribunal de Contas da União
UO	Unidade Orçamentária

SUMÁRIO

1 FEDERALISMO E SISTEMA PENITENCIÁRIO.....	15
1.1 INTRODUÇÃO	15
1.2 FEDERALISMO FISCAL E AUTONOMIA FINANCEIRA DOS ENTES.....	16
1.3 FEDERALISMO COOPERATIVO. REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO SISTEMA PENITENCIÁRIO - “FEDERALISMO PENITENCIÁRIO”	18
2 ASPECTOS PENAIS E FÁTICOS DA QUESTÃO PRISIONAL	25
2.1 A MISSÃO DO DIREITO PENAL. TEORIAS E FUNÇÕES DA PENA.....	25
2.2 EVOLUÇÃO E HUMANIZAÇÃO DAS PENAS	29
2.3 DIREITOS DAS PESSOAS PRESAS. REGRAS MÍNIMAS DA ONU PARA TRATAMENTO DOS PRISIONEIRO DE 2015 (REGRAS DE MANDELA)	35
2.4 DADOS GLOBAIS DO APRISIONAMENTO. SISTEMAS ESTRANGEIROS	37
2.4.1 Dados globais do aprisionamento	38
2.4.2 Estados Unidos da América	40
2.4.3 Noruega.....	42
2.4.4 Holanda.....	44
2.4.5 México	45
2.4.6 Colômbia.....	46
2.5 AS CONDIÇÕES DO SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO. O DESCOMPASSO CONSTITUCIONAL	48
2.5.1 Dimensão nacional do problema	57
2.5.2 Mulheres na prisão. HC Coletivo 143.641/SP (o STF e as presas gestantes e mães de crianças).....	62
2.5.3 A Pandemia do Coronavírus (COVID-19) e o relaxamento das prisões	65
3 FINANCIAMENTO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO.....	69
3.1 O CUSTO DO ENCARCERAMENTO. DESPESAS PÚBLICAS COM A MANUTENÇÃO DOS PRESOS	69
3.1.1 Obrigação do preso no custeio da sua manutenção	79
3.2 RESPONSABILIDADE PELO CUSTEIO. UNIÃO, ESTADOS-MEMBROS E DISTRITO FEDERAL. A QUESTÃO DOS MUNICÍPIOS	80
3.3 SISTEMA PENITENCIÁRIO FEDERAL (SPF). O PAPEL DA UNIÃO.....	87
3.4 FUNDO PENITENCIÁRIO NACIONAL (FUNPEN) E SEU REGIME JURÍDICO ..	90
3.4.1 Repasses intergovernamentais do FUNPEN. transferências voluntárias e	

obrigatórias.....	100
3.5 GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO FUNPEN. TRANSPARÊNCIA.....	104
3.5.1 Desvio de Finalidade. Tredestinação	104
3.5.2 Contingenciamentos. Obras Inacabadas. Devoluções de Recursos	105
3.5.3 Fiscalização e Responsabilização. Controladoria. Tribunal de Contas. Ministério Público.....	110
4 MODELOS DE GESTÃO PENITENCIÁRIA. ALTERNATIVAS AO APRISIONAMENTO E CUSTOS.....	119
4.1 GESTÃO TRADICIONAL. ADMINISTRAÇÃO DIRETA.....	117
4.2 PRIVATIZAÇÃO. TERCEIRIZAÇÃO DA GESTÃO. COGESTÃO. PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS (PPP's).....	123
4.3 GESTÃO PELO TERCEIRO SETOR. ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AOS CONDENADOS (APAC). MÉTODO HUMANIZADO	129
4.4 MONITORAMENTO ELETRÔNICO. TORNOZELEIRAS E PULSEIRAS. LINHA DE FINANCIAMENTO PELO FUNPEN	132
4.5 AS ARTES NA REINTEGRAÇÃO SOCIAL DOS PRESOS	136
5 POLÍTICA PENITENCIÁRIA, ORÇAMENTO PÚBLICO E PODER JUDICIÁRIO	141
5.1 INTERVENÇÃO JUDICIAL NA POLÍTICA PENITENCIÁRIA. O ESTADO DA ARTE.....	139
5.2 “ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL” - ECI. VIOLAÇÃO GENERALIZADA E SISTEMÁTICA DE DIREITOS FUNDAMENTAIS. ADPF 347 MC/DF	148
5.3 RESERVA DO POSSÍVEL E LIMITAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NA QUESTÃO PRISIONAL. RE 592.581/RS	152
5.4 A PESSOA PRESA NA JURISPRUDÊNCIA INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS	156
6 CONCLUSÃO	161
REFERÊNCIAS.....	167

1 FEDERALISMO E SISTEMA PENITENCIÁRIO

1.1 INTRODUÇÃO

“Assim, acreditamos que com políticas econômicas viáveis, programas sociais efetivos; ações de prevenção e combate à criminalidade, governo e sociedade estarão caminhando a passo largos para FECHAR as portas de entrada no sistema carcerário. Da mesma forma, governo e sociedade devem juntar as mãos no esforço concentrado e solidário para ABRIR as portas do sistema carcerário ao cumprimento das leis, ao respeito dos encarcerados e sobretudo para garantir o direito de todos os brasileiros a uma vida tranquila e segura.”²

Antes de adentrar à divisão das responsabilidades no financiamento e na gestão do sistema penitenciário³, aborda-se a forma federativa de Estado e seus desdobramentos sobre as finanças públicas e as atividades estatais no Brasil.

O federalismo é a forma de Estado em que há divisão de poderes entre o núcleo central e as unidades federadas, tendo os seguintes elementos definidores: autonomia política dos entes federados; ordem jurídica centralizada; soberania; e constituição escrita. Outros aspectos se agregam a essa definição, como um órgão jurisdicional competente para dirimir as disputas federativas e inexistência do direito de secessão (decorrente do caráter estável e duradouro do vínculo federativo, que impede a separação dos entes).

Tal estrutura estatal teve origem nos Estados Unidos da América (EUA), em resposta à necessidade de se ter um governo eficiente num território tão amplo. Após a independência americana, proclamada em 04 de julho de 1.776, o poder era repartido entre as antigas colônias britânicas, que não abriam mão das suas soberanias, o que acabava por enfraquecer a reunião na forma de Confederação.

Para fortalecer a união entre os Estados, Thomas Madison, Alexander Hamilton e James Jay escreveram um total de 85 artigos que, após publicações em Nova York, foram

² Deputado Domingos Dutra, Relatório Final da CPI do Sistema Carcerário de 2009. (BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Carcerário. *CPI sistema carcerário*. Brasília, DF: Câmara dos Deputados. Edições Câmara, 2009. (Série ação parlamentar, n. 384). p. 618.).

³ Prefere-se neste trabalho a utilização do termo “sistema penitenciário”, fazendo alusão aos distintos modos de cumprimento das penas (destinadas aos condenados). “Sistema carcerário” pode se relacionar às carceragens ou cadeias públicas (para presos provisórios). De outro giro, “sistema prisional” tem espectro mais amplo. Para evitar sucessivas repetições, no entanto, por vezes se utiliza um termo pelo outro.

consolidados na obra “O Federalista”. Estes escritos constituem a essência teórica da fórmula federativa escrita na Constituição Americana pela Convenção da Filadélfia de 1787. A partir dela, os Estados confederados deixaram de ser soberanos, conservando-se autônomos, entregando à União os poderes para exercer tarefas necessárias ao bem comum de todos os entes. Além disso, a vontade da União passou a ser formada no Senado pelos representantes dos Estados.

Segundo Karl Loewenstein⁴, o Estado federal pressupõe a existência de uma Constituição formal, responsável por traçar os limites de suas competências, que representam o ponto central da estrutura do federalismo.

No federalismo, à soberania do ente central, que se forma pela conjugação de forças das unidades parciais, corresponde-se à preservação da autonomia dos entes subnacionais. O Estado Federal contrapõe-se ao Estado Unitário, no qual os poderes estatais se concentram exclusivamente no ente maior, não havendo autonomia pelos entes menores.

Esta autonomia compreende tanto a descentralização administrativa, como a política. Além de executar as leis nacionais, os Estados-membros podem elaborar suas próprias leis, e mais, suas próprias constituições. Tratam-se das capacidades de autogoverno e autoconstituição, que devem seguir as diretrizes da Constituição Federal.

A Constituição escrita, premissa e fundamento de validade do Estado Federal, vai além, discriminando a forma como se dá a distribuição de competências legislativas e materiais de cada ente (central/nacional ou parcial/subnacional).

Nesse sentido, explicitar as bases e a engenharia institucional do Estado Brasileiro é fundamental para que se possa discriminar entre os diversos entes federados as responsabilidades atinentes ao financiamento e à gestão do sistema penitenciário, o que se passa a denominar de “federalismo penitenciário”. Além da indagação do “que” deve ser feito para melhorar a situação prisional, questiona-se aqui também por “quem” deve ser feito.

1.2 FEDERALISMO FISCAL E AUTONOMIA FINANCEIRA DOS ENTES

“Não podemos, é verdade, reduzir a complexidade dos tantos problemas que conduzem ao caos penitenciário brasileiro, mas parece claro que uma tarefa básica para apontarmos os caminhos de

⁴ LOEWENSTEIN, Karl. *Teoría de la constitución*. Barcelona: Ariel, 1964. p. 356.

superação desse quadro consiste em delimitarmos as responsabilidades de cada um dos órgãos do Estado.”⁵

Como há repartição constitucional de competências entre os entes federados, deve haver, também, a partilha dos recursos públicos necessários ao exercício desses misteres. Ou seja, é feita a divisão, entre os diversos entes governamentais, das receitas tributárias destinadas a viabilizar materialmente esses encargos, donde se fala em federalismo fiscal, que consiste no sistema de repartição dos poderes de arrecadação (competência tributária) e partilha dos recursos públicos entre União, Estados-membros, Distrito Federal e Municípios.

Para Regis Fernandes de Oliveira⁶, ao estabelecer-se a partilha das competências políticas e administrativas, cada ente federado recebeu um plexo de atribuições de que deve cuidar, restando claro que a eles devem ser destinados recursos para cumprir suas finalidades.

Federalismo fiscal, portanto, refere-se à partilha das receitas públicas entre as diversas esferas governamentais, bem como os respectivos instrumentos arrecadatórios. Nesse sentido, Paulo Gustavo Gonet⁷ assevera:

As constituições federais preveem, ainda, uma repartição de rendas, que vivifica a autonomia dos Estados-membros e os habilita a desempenhar as suas competências. Vale observar que a Constituição brasileira dispõe também sobre repartição de receitas oriundas de impostos federais, favorecendo não somente os Estados, como igualmente, aquinhoando os Municípios (art. 159 da CF).

No federalismo fiscal, assume especial significado a autonomia financeira, que consiste na previsão constitucional de receitas próprias, mediante outorga de competências tributárias ou mecanismos de partilhas e repasses, a fim de que os entes federados (maiores e menores) tenham suficiência econômica para o custeio de suas obrigações.

Sobre federalismo fiscal e autonomia financeira na ótica constitucional de 1988, confira-se escólio de João Paulo Bachur⁸:

⁵ VASCONCELOS, Beto Ferreira Martins *et. al.* Questão federativa, sistema penitenciário e intervenção federal. *Revista Culturas Jurídicas*, Santa Maria, v. 5, n.10, jan./abr., 2018. p. 4.

⁶ OLIVEIRA, Regis Fernandes de. *Curso de Direito Financeiro*. 3. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010. p. 36.

⁷ BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Organização do Estado. In: BRANCO, Paulo Gustavo Gonet; MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Martires. *Curso de Direito Constitucional*. 9. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2014. p. 789.

⁸ BACHUR, João Paulo. *Federalismo fiscal, atribuições fiscais constitucionais e equalização regional*: EUA, Alemanha e Brasil em perspectiva comparada. *Revista do Serviço Público*, Brasília, DF, v. 56, n. 4, p. 377-401, out./dez. 2005. p. 392.

O pacto federativo refundado em 1988 buscou originalmente, pelo menos no plano normativo, equilibrar o fluxo de receitas, privilegiando deliberadamente os estados brasileiros menos desenvolvidos economicamente. No que tange às atribuições fiscais constitucionais, significativa autonomia tributária foi concedida aos estados (pelo menos nominalmente), bem como foram instituídos mecanismos distributivos que privilegiaram tanto os estados quanto os municípios brasileiros em relação à União.

Antes de se trilhar as distintas responsabilidades pelo financiamento e a gestão do sistema penitenciário, é imperioso seja perpassado pelo federalismo fiscal, com necessária abordagem sobre a autonomia financeira dos entes. Nessa linha, deve-se ter em mente que as receitas públicas alocadas a cada ente federativo devem ser proporcionais às competências materiais assumidas por cada qual⁹.

1.3 FEDERALISMO COOPERATIVO. REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO SISTEMA PENITENCIÁRIO - “FEDERALISMO PENITENCIÁRIO”

“O desafio mais difícil e urgente hoje é explorar de maneira criativa novos terrenos para a justiça nos quais a prisão não seja mais nossa principal âncora.”¹⁰

No Brasil, o modelo de Estado adotado desde a instituição da República, previsto pela Constituição de 1891 e abraçado pelas demais constituições, é o federalismo. Atualmente, o modelo federativo está consagrado como cláusula pétrea inclusive (Art. 1.º e art. 60, §4º, I, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 - CRFB/1988¹¹). No registro histórico, ressaltam-se apenas os períodos da Ditadura Vargas (Constituição de 1937, que não previa o federalismo) e a Ditadura Militar (1964-1985), que, pela concentração excessiva de poderes nas mãos da União, ficou conhecido por federalismo nominal.

Diferentemente dos EUA, onde vigora o federalismo dual, caracterizado pela rigorosa divisão de poderes, por meio da enumeração expressa das competências do ente

⁹ Com outros autores, Beto Ferreira Martins Vasconcelos afirma: “Pontue-se que o processo de pactuação ou definição das competências materiais de cada ente federativo é indissociável da discussão sobre o financiamento da execução de tais ações ou políticas públicas, **sendo razoável supor que a destinação de receitas deve se dar em razão diretamente proporcional à amplitude das responsabilidades assumidas.**” (VASCONCELOS, Beto Ferreira Martins *et. al.* Questão federativa, sistema penitenciário e intervenção federal. *Revista Culturas Jurídicas*, Santa Maria, v. 5, n.10, jan./abr., 2018. p. 19, grifo nosso.).

¹⁰ DAVIS, Ângela. *Estarão as prisões obsoletas?* Tradução Marina Vargas. Rio de Janeiro: Difei, 2018. p. 22.

¹¹ BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: www.planalto.gov.br. Grifo nosso.

central, deixando as competências remanescentes aos entes subnacionais, o Brasil adota o federalismo cooperativo ou por cooperação, que exige a colaboração entre as esferas governamentais – sem divisão estanque e cerrada das atribuições. Outra diferença para o sistema norte-americano é que, naquele país, houve reunião das 13 antigas colônias para formação do poder central (federalismo por agregação ou movimento centrípeto); já em terras brasileiras, o movimento foi no sentido contrário, com os poderes do governo central (antigo Império) sendo partilhado entre as oligarquias locais (federalismo por desagregação ou movimento centrífugo).

Na história brasileira, são constantes as mudanças nas relações federativas, com sucessivas tensões, que variam entre a concentração de poderes e recursos no governo central (União), o fortalecimento das regiões (Estados-membros e Distrito Federal) até o movimento municipalista (autonomia dos Municípios).

O Estado Brasileiro tem por norte o equilíbrio federativo, situação em que a alocação dos recursos seja coerente com as necessidades de cada ente estatal (seguinte binômio: atribuições x recursos), sem grandes distorções ou submissão financeira entre eles. Nesse sentido, expressamente atribui-se à lei complementar o estabelecimento de normas sobre a entrega de recursos: “[...] objetivando promover o equilíbrio socioeconômicos entre Estados e entre Municípios” (art. 161, inciso II, da CRFB/1988).

Em relação à questão prisional, as responsabilidades pela gestão e o financiamento também se dividem entre as distintas esferas federativas. A propósito, o art. 24, inciso I, do texto constitucional diz ser competência concorrente da União, Estados-membros e Distrito Federal: “legislar sobre direito penitenciário”.

Convém mencionar que o Constituinte de 1988, tão detalhista em outras áreas, foi bastante enxuto ao tratar das relações federativas no que toca ao sistema penitenciário¹², limitando-se a prescrever essa competência legislativa concorrente (não tendo discriminado quaisquer competências materiais ou administrativas sobre o assunto). Quanto à competência legislativa, a União deve estabelecer normas gerais, enquanto os Estados-

¹² Reforçando esse posicionamento, Walkiria Dutra afirma: “Em termos federativos, o artigo 5º da Constituição Federal de 1988 garantiu alguns dos direitos e deveres acerca da individualização da pena e das privações da liberdade, **mas não houve uma responsabilização clara entre os entes federados sobre a pauta sobre o sistema prisional.**” (DUTRA, Walkiria Zambrzivicky. *O Sistema Penitenciário Brasileiro e o conflito federativo: impasses e avanços na construção de uma política nacional*. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 42., Caxambú. Anais [...]. Caxambú, 2018. p. 1-2, grifo nosso.).

membros e o Distrito Federal precisam suplementar a legislação no que lhes couber (art. 24, §2º, da CRFB/1988).

Numa linha de investigação científica, em que compete ao intérprete do direito também o papel de o questionar, lembra-se aqui de Giorgio Agamben¹³, que recomenda sejam “profanados” os institutos humanos consagrados (por exemplo: as previsões constitucionais). Nesta dissertação, portanto, indaga-se acerca da lacuna constitucional sobre a divisão de responsabilidades no trato de uma política penitenciária nacional.

Desse modo, cabe ao constituinte reformador ou à legislação infraconstitucional o papel de estabelecer e explicitar o espaço de cada ente federativo no financiamento e na gestão do sistema penitenciário brasileiro. À falta de normas constitucionais específicas (originárias e reformadoras), compete ao legislador ordinário a fixação de competências administrativas dos diversos entes, gizando assim a engenharia federativa (fiscal e gerencial) do sistema prisional.

Na questão prisional/penitenciária, a estrutura estatal brasileira é complexa e conflitante. Enquanto compete à União a legislação que tipifica crimes e regula os processos penais, a gestão do sistema, na sua grande maioria, é exercida pelos Estados-membros e Distrito Federal. Muitas vezes, essa confusão de responsabilidades gera sobreposição de atuações, indefinições institucionais, e até espaços vazios de atuação¹⁴.

Sobre isso, a Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Carcerário de 2009¹⁵ (CPI/2009) observou:

Nesse compartilhamento de funções e responsabilidades entre Poderes da República e dos Estados, **nem sempre há harmonia no enfrentamento do combate à criminalidade e nas soluções dos graves problemas carcerários**, havendo um descompasso entre o legislador que produz a lei, o julgador que condena e o gestor que cuida do preso. Com relação ao financiamento do sistema carcerário, os problemas, as lacunas e as

¹³ AGAMBEN, Giorgio. *Profanações*. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 65.

¹⁴ Walkiria Dutra: “No caso do sistema prisional, há pouca referência acerca do papel exercido pelo governo federal, bem como uma análise das relações federativas nessa área de política pública.” (DUTRA, Walkiria Zambrivicky. *O Sistema Penitenciário Brasileiro e o conflito federativo: impasses e avanços na construção de uma política nacional*. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 42., Caxambú. *Anais* [...]. Caxambú, 2018. p. 8).

¹⁵ Esclareça-se que a penúltima CPI do Sistema Carcerário de responsabilidade da Câmara dos Deputados, durou de 2007 a 2009, e procedeu a diligências em unidades prisionais de todas as unidades federativas do país, teve seu Relatório divulgado em 2009, com impactantes constatações e conclusões. A última CPI do Sistema Carcerário teve seu Relatório Final divulgado em agosto de 2015, também com diversas proposições. (BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Carcerário. *CPI sistema carcerário*. Brasília, DF: Câmara dos Deputados. Edições Câmara, 2009. (Série ação parlamentar, n. 384). p. 329.).

deficiências também são complexos. Há, portanto, uma estrutura federal e outra estadual para o trato dos problemas carcerários. (Grifo nosso).

Em se tratando o sistema penitenciário brasileiro de um assunto complexo, é imprescindível sejam avaliados o desenho institucional e a engenharia federativa adotados, tanto na repartição das tarefas materiais quanto na distribuição dos recursos financeiros necessários à sua manutenção.

Um outro problema de matiz federativo no sistema penitenciário diz respeito aos conflitos entre as diferentes unidades federadas em custodiar presos que respondam a processos ou tenham sido condenados em Estados diferentes, criando-se empecilhos para o recambiamento interestadual de presos, pelo insuficiente papel de integração e mediação da União¹⁶.

Sobre as amarras institucionais na federação brasileira, verdadeiros “nós federativos”, Bachur¹⁷ assevera:

O principal problema da federação brasileira consiste em um vácuo constitucional e institucional que inviabiliza a articulação entre as atribuições fiscais constitucionais da União, dos estados e dos municípios brasileiros e induz à predação fiscal em todos os níveis: entre as unidades da federação e a União, de um lado, e entre as próprias unidades federadas, de outro lado. A tarefa, obviamente, não é simples. O desafio que nos resta é precisamente reproblematicar o pacto federativo e levar a cabo o projeto constitucional de federação da Constituição Federal de 1988.

Ainda, esse mesmo autor¹⁸ faz interessante reflexão sobre o papel do federalismo nas pesquisas de políticas públicas, segundo a qual: “Recolocar a federação na agenda de pesquisa é passo necessário para viabilizar que a política social seja pensada de maneira estrutural, e não conjuntural”.

¹⁶ Somente para ilustrar, cita-se uma bem sucedida experiência da adequada estratégia federativa entre governos federal e estadual no sistema prisional brasileiro, consistente na transferência para presídio federal, em fevereiro de 2019, de 22 presos que ocupavam lideranças do crime organizado no Estado de São Paulo. Apesar das expectativas de represália dos criminosos, as forças estatais conseguiram efetuar os traslados, sem que houvesse reações, com grande esquema de segurança orquestrado. (ADONO, Luís. Marcola e mais 21 integrantes do PCC são levados para presídios federais. *UOL Notícias*, São Paulo, 12 fev. 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/02/13/marcola-pcc-transferir-presidio-federal.htm>. Acesso em: 16 dez. 2019.).

¹⁷ BACHUR, João Paulo. *Federalismo fiscal, atribuições fiscais constitucionais e equalização regional*: EUA, Alemanha e Brasil em perspectiva comparada. Revista do Serviço Público, Brasília, DF, v. 56, n. 4, p. 377-401, out./dez. 2005. p. 395.

¹⁸ *Ibid.*, p. 378.

Adentrando especificamente neste campo do “federalismo penitenciário”, Beto Ferreira Martins Vasconcelos e outros advertem¹⁹: “Assim, nos parece evidente que os arranjos federativos e as relações intergovernamentais constituem uma chave central para a superação dos tantos problemas verificados na administração da questão carcerária no país”.

Desse modo, em se tratando a crise prisional brasileira de problema antigo, estrutural e de dimensão nacional (descrita no Cap. II), faz-se necessário o envolvimento de todos os poderes e órgãos do Estado para sua superação²⁰. Além disso, as discussões precisam ser colocadas em níveis federativos, inclusive para que sejam delimitadas e repactuadas de forma precisa as atribuições governamentais e a alocação das verbas públicas, para que haja adequada autonomia financeira dos órgãos encarregados da gestão prisional.

Por fim, considerando que a vida imita a arte, e vice-versa, e a questão do aprisionamento está bem presente nas diversas manifestações artísticas do cotidiano (literatura, pintura, cinema, música, etc.), traz-se neste trabalho, além das discussões acadêmicas (constitucionais, financeiras e de execução penal), registros artísticos que guardam fina relação com o tema, como a Fotografia 1 abaixo, do célebre filme “O Milagre da Cela nº 7”.

¹⁹ VASCONCELOS, Beto Ferreira Martins *et. al.* Questão federativa, sistema penitenciário e intervenção federal. *Revista Culturas Jurídicas*, Santa Maria, v. 5, n.10, jan./abr., 2018. p. 7.).

²⁰ Voto-Vista proferido pelo Ministro do STF, Luís Roberto Barroso: “59. Como se viu, a perversa realidade prisional brasileira é um problema generalizado, complexo e estrutural, fruto de ações e omissões dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário que se estenderam durante várias décadas. Tal como se demonstrou nas experiências de direito comparado relatadas acima, não há soluções fáceis ou unilaterais para enfrentar essa obscura realidade. Para que sejam eficazes, é preciso implementar um conjunto complexo e planejado de medidas, articulado por todos os órgãos relativos ao sistema carcerário e esferas de poder. **É necessário, ainda, que se confira prioridade a soluções que atuem diretamente sobre as causas do problema prisional.**60. Do retrato da situação carcerária, revelado no item III.1, acima, despontam nitidamente **três principais causas da crise do sistema carcerário nacional, que estão de certo modo interligadas: (i) a superlotação, (ii) a lógica do hiperencarceramento, e (iii) as deficiências na estruturação e funcionamento dos presídios.**”. (BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário 580.252/MS. Relator Min. Ricardo Lewandowski. Data de julgamento: 16/02/2017. *Diário da Justiça Eletrônico*, São Paulo, 23 fev. 2017. Disponível em: www.stf.jus.br. Grifo nosso.).

Fotografia 1 - Cena do Filme O Milagre da Cella nº 7²¹

²¹ ANTONELI JUNIOR, Hugo. Drama turco “*Milagre na Cella 7*”, da Netflix, vai te fazer chorar. Disponível em: <https://comandonoticia.com.br/drama-turco-milagre-na-cella-7-da-netflix-vai-te-fazer-chorar/>. Acesso em: 24 set. 2020.

6 CONCLUSÃO

“É lugar-comum a referência à situação caótica do sistema prisional brasileiro. Trata-se de fato amplamente notório e já difundido há muitos anos, tanto em meio acadêmico, como, especialmente, na atuação diária dos órgãos da execução penal. O que não pode ser comum é que essas circunstâncias permaneçam inalteradas, esquecidas, como se fossem estranhas à atuação estatal.”⁴²⁷

Para que se tenha uma dimensão real acerca do impacto dos estudos e ações sobre o sistema penitenciário, destaca-se que os problemas carcerários não são resolvidos em si e por si, haja vista a influência que recebe das questões atinentes à segurança pública, criminalidade, educação etc. Assim, sob qualquer viés que se analise a questão prisional (constitucional, administrativa, financeira, penal, execução penal ou mesmo criminológica), não se terá o condão de resolver definitivamente a questão prisional brasileira, mas somente contribuir para o seu avanço.

Também se rechaça a ideia simplista de que, para solução destes problemas, bastaria a construção de novos presídios⁴²⁸, conforme lúcida advertência de Manoel Pedro Pimentel⁴²⁹:

Se todo o orçamento do Brasil fosse colocado a serviços dessas construções, como solução tradicional do problema do crime, nós ainda não o teríamos resolvido, porque os mandos de prisão crescem à razão de mil por mês, demandando ainda a construção de duas penitenciárias por mês, o que, se fosse possível, em termos econômicos, não seria possível em termos de construção, em termos de engenharia.

⁴²⁷ CARVALHO NETO, Ruy Reis. Indiferença estatal e social: a situação e abandono das mulheres no cumprimento da pena. In: BRASIL. Conselho Nacional do Ministério Público. *A visão do Ministério Público sobre o Sistema Prisional Brasileiro*. Brasília: CNMP, 2016. Disponível em: https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Publicacoes/documentos/2016/Livro_sistema_prisional_web_7_1_2_2016.pdf. Acesso em: 15 out. 2019. Disponível em: https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Publicacoes/documentos/2016/Livro_sistema_prisional_web_7_1_2_2016.pdf. Acesso em: 15 out. 2019. p. 31.

⁴²⁸ Renato Campos Pinto de Vitto, então Diretor-Geral do DEPEN, ouvido em audiência pública na Câmara dos Deputados, em 28 de abril de 2015, disse: “[...] não basta criar mais vagas para resolver o problema do sistema carcerário brasileiro (pois a criação de vagas é acompanhada pelo crescimento da população prisional), sendo necessário pensar em meios de reduzir a prisão e promover o desencarceramento responsável, até mesmo para evitar que jovens primários e sem conexão com as redes de crime organizado acabem sendo recrutados, na prisão, por essas redes.” (BRASIL. Câmara dos Deputados. *Sistema Carcerário Brasileiro. Relatório final* [da CPI do Sistema Carcerário de 2015]. Brasília, DF, Câmara dos Deputados, 2015. p. 98). p. 66).

⁴²⁹ PIMENTEL, Manoel Pedro. *Brasil Rotário*. Junho de 1978. p. 30-31. *Apud*. THOMPSON, Augusto. *A questão penitenciária*. 5. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2002. p. 108.

Além disso, por envolver questões estruturais e multisetoriais em vários níveis do Estado Brasileiro, necessariamente passa-se pela análise da engenharia institucional e da responsabilidade dos distintos entes federativos na questão penitenciária (“federalismo penitenciário”), inclusive dos instrumentos financeiros previstos (federalismo fiscal)⁴³⁰.

Como analisado, outro importante instrumento para melhoria das condições prisionais no Brasil consiste no levantamento preciso e na divulgação periódica dos gastos com a manutenção dos presos, ou seja, o custo do encarceramento. Com ele, possibilita-se um diagnóstico mais apropriado sobre a qualidade do gasto público e a eficiência da gestão penitenciária.

Além disso, conforme se extrai do julgamento da ADPF 347 MC/DF, demais julgados analisados e a bibliografia e documentação utilizadas neste trabalho, os problemas e possíveis saídas para o sistema penitenciário brasileiro não são simples, e referem-se a medidas de diversas ordens: normativa, gerencial, orçamentária, judicial e cultural.

Em síntese, a partir dos delineamentos trazidos nesta pesquisa, as propostas para melhoria no sistema penitenciário brasileiro podem ser erigidas, pelo menos em três níveis:

1. comprometimento federativo e interinstitucional; 2. adequada alocação de recursos financeiros; e 3. gestão eficiente.

Tendo o presente trabalho se desenvolvido na perspectiva do adequado financiamento e da boa gestão do sistema penitenciário brasileiro em níveis federativos, pontua-se algumas sugestões que visam esse desenvolvimento:

A) PROPOSTAS FEDERATIVAS⁴³¹:

⁴³⁰ Para Beto Ferreira Martins Vasconcelos e outros: “**Se o êxito de uma política pública reclama vontade política, planejamento adequado e financiamento suficiente**, não causa espanto que a política penal e penitenciária brasileira se veja numa situação tão delicada.” (VASCONCELOS, Beto Ferreira Martins *et al.* Questão federativa, sistema penitenciário e intervenção federal. *Revista Culturas Jurídicas*, Santa Maria, v. 5, n.10, jan./abr., 2018. p. 40, grifo nosso.).

⁴³¹ Sobre saídas federativas para a crise penitenciária, consigne-se avaliação do TCU: “235. No Brasil, onde se adota o federalismo, a cooperação entre os órgãos e entidades da União, estados, DF e municípios, bem como entre estes e aqueles posicionados fora da estrutura dos Poderes, apresenta-se como fator determinante para o êxito das políticas públicas. 236. No âmbito local, considerando-se cada cédula federativa, os mecanismos de coordenação também devem estar fortemente presentes, sob pena de não atingimento dos fins públicos. 237 Conforme definido acima, as políticas públicas para o sistema prisional são as ações articuladas e estruturadas que buscam resolver os problemas do sistema, a exemplo da superpopulação dos presídios, da alta proporção de prisões provisórias -ante o total de prisões, da violação de direitos dos presos e do não cumprimento do papel ressocializador da pena. [...]. 239. Para o alcance desses propósitos, é necessário que a política pública do sistema prisional envolva todas as instituições atuantes na execução penal e que o trabalho se desenvolva compartilhada e harmonicamente. A opção de o legislador inserir em um mesmo capítulo os órgãos da execução, inclusive, sugere e realça a busca pela atuação conjugada dos órgãos da execução. 240. Partindo dessa base, e considerando a diversidade de atores das diferentes esferas governamentais, reclama-se a disposição ordenada entre as ações locais e entre estas

A.1 - repactuação das responsabilidades (constitucionais e legais) dos diferentes níveis federativos no custeio e na gestão do sistema penitenciário brasileiro, com destaque ao papel da União, na coordenação, integração e cooperação dessa política pública, bem como na sua capacidade de indução aos governos locais e municipais⁴³²;

A.2- expansão do Sistema Penitenciário Federal, com o incremento de outras unidades prisionais federais pelo país⁴³³, calculando-se os riscos/cautelas para se evitar a precarização do SPF;

A.3- ampliação da participação dos Municípios na questão penitenciária⁴³⁴, notadamente, maiores atribuições e recursos no que diz respeito à oferta de trabalho para pessoas presas e egressos do sistema penitenciário, programas para cumprimento de penas restritivas de direitos ⁴³⁵ (alternativas penais à prisão⁴³⁶), e o fomento no processo de criação das APAC's.

B) PROPOSTAS FINANCEIRAS:

e as orientações federais. 241. É preciso, portanto, estabelecer um ambiente de boa governança para que o Estado brasileiro detenha a capacidade de implementar políticas públicas e de atingir metas coletivas, aperfeiçoando-se a interação entre seus múltiplos agentes, considerando, em especial, que cada um tem seus próprios objetivos dentro do arcabouço maior.” (BRASIL. Tribunal de Contas da União. *TC 018.047/2018-1*. Rel. Min^a. Ana Arraes. Julgado em: 03/07/2019. Disponível em: portal.tcu.gov.br.).

⁴³² Para Beto Ferreira Martins Vasconcelos e outros: “[...] o trinômio integração, cooperação e coordenação, característico do sistema federativo, não opera adequadamente nas políticas penitenciárias, reclamando o redesenho das relações intergovernamentais para o aprimoramento da política;” (VASCONCELOS, Beto Ferreira Martins *et. al.* Questão federativa, sistema penitenciário e intervenção federal. *Revista Culturas Jurídicas*, Santa Maria, v. 5, n.10, jan./abr., 2018. p. 41.).

⁴³³ Em sentido próximo, tem-se proposta contida no Relatório Final da CPI de 2015, p. 195: “A edição de lei obrigando o governo federal a instituição de presídio federal em todas as unidades da federação para cumprir pena por crime federal e para estrangeiros, pois só em São Paulo, em Itaí, temos 2350 presos estrangeiros.”

⁴³⁴ Nesse sentido também se tem proposta no Relatório Final da CPI de 2015, p. 195: “A edição de lei obrigando o município a participar do apoio ao sistema prisional.”

⁴³⁵ Neste exato sentido duas das Propostas para melhoria do Sistema Penitenciário Brasileiro sugeridas pelo MPD: “**II – ALTERAÇÕES ADMINISTRATIVAS – FOCO NA GESTÃO** [...] 2 – O problema da reincidência. É preciso que as PREFEITURAS assumam a responsabilidade de olhar para o egresso (arts. 25/27 da LEP). Criar mecanismos de aproveitamento dessa mão de obra, dando oportunidade de atividade lícita para essas pessoas. [...] **X – MEDIDAS A CARGO DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL** [...] 3. Organizar e administrar o trabalho de egressos do sistema penitenciário e de condenados a penas alternativas, aproveitando essa mão de obra para o trabalho de conservação e manutenção da cidade, dentre outras funções.” (PROPOSTA para a melhoria do sistema prisional brasileiro. *Dialógico. Revista do Movimento do Ministério Público Democrático*, São Paulo, v. 14, n. 52, p. 41-44, 2017. Disponível em: <https://mpd.org.br/wp-content/uploads/2018/01/revista52.pdf>. Acesso em: 13 set. 2020. p. 41 e 44).

⁴³⁶ Segundo Manoel Pedro Pimentel: “A prisão, portanto, deveria ser reservada para recolher sentenciados portadores de acentuada periculosidade. Os de escassa ou nenhuma periculosidade permaneceriam nos regimes de prisão-albergue, prisão domiciliar, ou em liberdade fiscalizada, com obrigações.” (grifo nosso). (PIMENTEL, Manoel Pedro Pimentel. Ensaio sobre a pena. In: NUCCI, Guilherme de Souza; MOURA, Maria Thereza Rocha de Assis (org.). *Doutrinas essenciais: processo penal*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012. v. 7. p. 777, grifo nosso.).

B.1 - acompanhamento permanente da sociedade (fomento ao controle social) e dos órgãos de controle acerca da aplicação eficiente dos recursos do FUNPEN e demais fundos penitenciários (por todos os entes envolvidos)^{437 438};

B.2 - maior transparência ao custo mensal do preso por unidade federativa (informação que constitui direito fundamental do cidadão), com o efetivo cumprimento da Resolução CNPCP nº 06/2012, e o estabelecimento de sanções aos entes que a descumpram^{439 440};

B.3 - maior controle sobre a execução orçamentário-financeira e a qualidade do gasto público naquelas unidades federativas com elevada população carcerária e níveis de violência acentuados; e

B.4 - planos de expansão dos sistemas penitenciários, estaduais e distrital, a partir de um diagnóstico de riscos, carências e recursos disponíveis, possibilitando-se um planejamento orçamentário-financeiro do setor, inclusive como diretriz de responsabilidade fiscal (art. 16, I, da LRF).

C) PROPOSTAS GERENCIAIS:

C.1 - incremento e capacitação do pessoal técnico do DEPEN e das secretarias estaduais, visando elevar a interlocução entre os diversos entes federativos e prestar adequada assistência técnica e financeira no que diz respeito aos projetos e execução de

⁴³⁷ Outra proposta do MPD nessa linha: “V- DA FISCALIZAÇÃO 1. É preciso fortalecer a transparência no setor penitenciário. Há bilhões em recursos públicos sendo distribuídos para a construção de presídios, mas esses valores precisam ser empregados com eficiência. Há notícias de que a construção em sistema de emergência costuma elevar o custo da obra de forma exagerada: de R\$ 30 mil por vaga passa para R\$ 75 mil.” (PROPOSTA para a melhoria do sistema prisional brasileiro. *Dialógico. Revista do Movimento do Ministério Público Democrático*, São Paulo, v. 14, n. 52, p. 41-44, 2017. Disponível em: <https://mpd.org.br/wp-content/uploads/2018/01/revista52.pdf>. Acesso em: 13 set. 2020. p. 44.).

⁴³⁸ A adoção de penas alternativas também está em conformidade com as “Regras de Tóquio” - Regras Mínimas das Nações Unidas sobre as Medidas não-privativas de liberdades, de 1990.

⁴³⁹ Mais uma proposta do MPD na linha sugerida neste trabalho: “V- DA FISCALIZAÇÃO [...] 3. **É preciso fiscalizar não apenas o custo de construção dos presídios; mas, também, o custo de gestão do estabelecimento.** Notícias divulgadas apontam para R\$ 2.200, por detento ao mês em SP, e R\$ 4.500, no AM, uma desproporção significativa.” (*Ibid.*, p. 43, grifo nosso.).

⁴⁴⁰ Na linha da proposta defendida, o TCU, no Acórdão nº 2643/2017 deliberou também: “9.1. determinar ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, por meio da Secretaria Executiva e do Departamento Penitenciário Nacional, que: 9.1.1. **institua controle periódico da remessa, por parte dos estados e do Distrito Federal, de planilhas que contenham dados referentes ao custo mensal do preso por estabelecimento prisional, nos termos do art. 6º da Resolução CNPCP 6/2012**, e elabore tabela específica dessas despesas, oferecendo-as por meio eletrônico às secretarias de estado de administração penitenciária ou órgãos equivalentes, na forma do art. 7º da referida Resolução;”. (BRASIL. Tribunal de Contas da União. *TC 003.673/2017-0*. Rel. Min. Vital do Rego. Julgado em: 29/11/2017. Disponível em: portal.tcu.gov.br. Acesso em: 21 jan. 2019.).

obras das unidades prisionais financiadas pelo FUNPEN;

C.2 - fomento estatal a outras formas de gestão das unidades prisionais, como a utilização das APAC's (cujo incentivo à criação poderia ser incumbido aos Municípios), bem como a replicação de boas práticas havidas nas unidades prisionais, como a utilização das artes e da leitura para recuperação social dos detentos;

C.3 - incremento da vigilância eletrônica dos apenados (de *lege lata* e de *lege ferenda*), sobretudo àqueles em regime semiaberto, aberto, saídas temporárias, livramento condicional, suspensão da pena, etc., em períodos de curta duração e mediante aceitação prévia e documentada do usuário; e

C.4 - capacitação da estrutura de gestão e profissionalização dos servidores penitenciários estaduais, com quadro próprio de profissionais, planos de carreira e de salários, visando a adequada formação.^{441 442}

Além disso, deve-se ser estimulada a percepção social dos brasileiros no sentido de que as precárias condições do sistema penitenciário, além de prejudicarem as pessoas presas, implicam numa escalada da violência, em detrimento de todos⁴⁴³. Nesse esforço de transformação cultural, deve-se ampliar a transparência do quanto de dinheiro público tem

⁴⁴¹ Nessa linha, consta o Princípio nº 10 do BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional. *Modelo de gestão para a política prisional*. Brasília, DF: DEPEN, 2016. Coordenação: Valdirene Daufemback. p. 50: “A efetiva implantação de um Modelo de Gestão para a Política Prisional brasileira passa, necessariamente, pela profissionalização da estrutura de gestão e dos quadros de servidores dos sistemas penitenciários dos estados. A abrangência destes sistemas, seja no tocante ao quantitativo da população encarcerada, seja com relação ao papel que as prisões ocupam nas políticas de segurança pública e justiça criminal, exige que cada ente federativo componha uma estrutura específica para tratamento da questão prisional. Por outro lado, como já afirmado anteriormente, nenhuma mudança no modo de funcionamento das prisões será operada sem que se alterem os conceitos e saberes que são transferidos à gestão prisional a partir de outros campos da justiça penal. Nesse sentido, as Diretrizes para o Modelo de Gestão sustentarão a importância de que cada estado estruture um órgão específico para a gestão prisional, com quadro profissional próprio, planos de carreiras e salários e garantia de processos de formação e monitoramento dos servidores, a fim de garantir a efetiva execução dos postulados e princípios aqui apresentados.”

⁴⁴² Recente passo na alteração do regime jurídico de parte dos servidores penitenciários foi dado pela Emenda Constitucional 104/2019, que inseriu dentre os órgãos encarregados constitucionalmente pela segurança pública o art. 144, inciso VI: “[...] polícias penais federal, estaduais e distrital”, que “vinculadas ao órgão administrador do sistema penal da unidade federativa a que pertencem, cabe a segurança dos estabelecimentos penais.”

⁴⁴³ Carlos A. A. Campos assevera: “**No caso do sistema carcerário, por exemplo, a sociedade não enxerga que as condições desumanas das prisões se voltam contra ela mesmo na forma de mais violência.** Não ressocializando os presos, mas, ao contrário, fazendo-os conviver com mais violência nos presídios, nosso sistema prisional produz reincidência penal em larga escala, vindo os presos a cometer crimes ainda mais graves. Esse aspecto precisa ser compreendido pela sociedade, mas antes deve entrar na agenda de discussão social e política.” (CAMPOS, Carlos Alexandre de Azevedo. *Estado de coisas inconstitucional*. 2. ed. rev., atual. e ampl. Salvador: JusPodivm, 2019. p. 321, grifo nosso.).

sido gasto nesse setor⁴⁴⁴, os “custos do preso”, e o quanto precisa ser melhor gerido, aplicado e fiscalizado.

Ainda, cumpre reforçar a advertência já lançada no Cap. 4 deste trabalho no sentido de que as propostas de desencarceramento e medidas alternativas à prisão não podem enfraquecer o sistema de justiça criminal no enfrentamento à criminalidade que mais lesa o tecido social brasileiro, como são os casos de crimes: hediondos; praticados por organização criminosa; lavagem de dinheiro e capitais; crimes contra a Administração Pública, etc. Dada a histórica impunidade do colarinho branco no Brasil, muitas vezes a prisão (cautelar ou pena) é a única e mais eficiente resposta estatal para fazer cessar a prática criminosa e punir os envolvidos.

São essas as considerações da presente pesquisa que pretende contribuir para o avanço do sistema penitenciário e o convívio em uma sociedade mais justa, menos violenta e com racionalidade na aplicação dos recursos públicos.

Parafraseando Dostoiévski, pretende-se aqui transformar a “Casas dos Mortos” em locais de efetiva reintegração das pessoas presas, com racionalidade na utilização dos recursos públicos e eficiência na gestão penitenciária.

⁴⁴⁴ Nessa mesma linha, Carlos Lélío Lauria Ferreira e Nestor Eduardo Araruna Santiago asseveram: “Há um longo caminho a trilhar para que o custo do encarceramento se aproxime da realidade econômica do país, porém, só será possível com atitudes corajosas e transparentes dos órgãos dos governos, apuração e divulgação dos critérios de formação dos custos em seus detalhes, discriminadamente, em respeito à Lei da Transparência (Lei Complementar 131, de 27 de maio de 2009) e à Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011). A sociedade deveria conhecer o que e a quem paga para ter política de encarceramento condizente com seu direito fundamental à segurança. Se os dados forem fornecidos honestamente à população, esta passará a encarar com respeito a atividade governamental.” (FERREIRA, Carlos Lélío Lauria; SANTIAGO, Nestor Eduardo Araruna. O Custo do encarceramento no Brasil sob a ótica da análise econômica do Direito. *Revista Digital Constituição e Garantia de Direitos*, Rio Grande do Norte, v. 11, n. 1, p. 201-216, 2018. p. 212).

REFERÊNCIAS

Livros, artigos de periódicos, documentários e outros documentos

ADONO, Luís. Marcola e mais 21 integrantes do PCC são levados para presídios federais. *UOL Notícias*, São Paulo, 12 fev. 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/02/13/marcola-pcc-transferir-presidio-federal.htm>. Acesso em: 16 dez. 2019.

AGAMBEN, Giorgio. *Profanações*. São Paulo: Boitempo, 2007.

AMARAL, Cláudio do Prado. *Teoria da devida execução da pena privativa de liberdade*. 2013. Tese (Livre-docência) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2013.

AMARAL, Gustavo. *Direito, escassez & escolha: em busca de critérios Jurídicos para lidar com a escassez de recursos e as decisões trágicas*. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

ANISTIA Internacional. O estado dos direitos humanos no mundo: informe 2017/2018. [Rio de Janeiro: Grafitto], 2018. Disponível em: <https://anistia.org.br/entre-em-acao/carta/informe-anual-20172018-o-estado-dos-direitos-humanos-mundo/>. Acesso em: 17 set. 2020.

ANTONELI JUNIOR, Hugo. *Drama turco “Milagre na Cella 7”, da Netflix, vai te fazer chorar*. Disponível em: <https://comandonoticia.com.br/drama-turco-milagre-na-cella-7-da-netflix-vai-te-fazer-chorar/>. Acesso em: 24 set. 2020.

ARAÚJO, Glaucio. Transferência de presos do sistema federal pode custar até R\$ 22 mil. *GL*, São Paulo, 28 ago. 2009. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL1283303-5598,00-TRANSFERENCIA+DE+PRESOS+DO+SISTEMA+FEDERAL+PODE+CUSTAR+ATE+R+MIL.html>. Acesso em: 22 jun. 2020.

BALDO, Rafael Antônio. Judicialização do orçamento público: o caso do sistema penitenciário brasileiro. *Revista Fórum de Direito Financeiro e Econômico*, Belo Horizonte, v. 6, n. 11, p. 145-161, mar./ago. 2017.

BACHUR, João Paulo. Federalismo fiscal, atribuições fiscais constitucionais e equalização regional: EUA, Alemanha e Brasil em perspectiva comparada. *Revista do Serviço Público*, Brasília, DF, v. 56, n. 4, p. 377-401, out./dez. 2005. Disponível em: <http://oaji.net/articles/2015/1978-1432645841.pdf>. Acesso em: 3 ago. 2016.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. *Os custos do crime e da violência: novas tendências e constatações na América Latina e Caribe*. Washington, D.C.: BIB, 2017. (Monografia do BID; 510).

BARCELLOS, Ana Paula de. Violência urbana, condições das prisões e dignidade humana. *Revista de Direito Administrativo*, Rio de Janeiro, v. 254, p. 39-65, maio 2010. Disponível

em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/view/8074>. Acesso em: 7 jun. 2019.

BATISTA, Nilo. *Introdução crítica ao Direito Penal Brasileiro*. 12. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

BECCARIA, Cesare. *Dos delitos e das penas*. Tradução: Vicente Sabino Júnior. São Paulo: Pillares, 2013.

BENÍCIO, Alex Pereira; RONDOPOULOS, Fabiana; BARDELLA, Felipe Palmeira. Um retrato do gasto público no Brasil: por que se buscar a eficiência. In: BOUERI, Rogério; ROCHA, Fabiana; RONDOPOULOS, Fabiana (org.). *Avaliação da qualidade do gasto público e mensuração da eficiência*. Brasília, DF: Secretaria do Tesouro Nacional, 2015.p. 19-51.

BENTHAM, Jeremy. *O panóptico*. Tradução Guacira Lopes Louro, M. D. Magno, Tomaz Tadeu. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. Organização: Tomaz Tadeu

BHULLER, Manudeep *et al.* *Incarceration can be rehabilitative*. 24 Mar. 2019 Disponível em: <https://voxeu.org/article/incarceration-can-be-rehabilitative>. Acesso em: 9 set. 2020.

BONAVIDES, Paulo. *Curso de Direito Constitucional*. 21. ed. atual. São Paulo: Editora Malheiros, 2007.

BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Organização do Estado. In: BRANCO, Paulo Gustavo Gonet; MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Martires. *Curso de Direito Constitucional*. 9. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2014. p. 787-812.

BRASIL. Banco Central do Brasil. *Calculadora do cidadão*. Disponível: em: <https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAO/publico/exibirFormCorrecaoValores.do?method=exibirFormCorrecaoValores>. Acesso: 15 jun. 2020.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Carcerário. *CPI sistema carcerário*. Brasília, DF: Câmara dos Deputados. Edições Câmara, 2009. (Série ação parlamentar, n. 384).

_____. *CPI – Sistema Carcerário: relatório final*. Brasília: DF: [Edições Câmara], 2015.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Comissão de Direitos Humanos e Minorias. *Declaração dos princípios básicos de justiça relativos às vítimas da criminalidade e de abuso de poder*. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2006. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/comite-brasileiro-de-direitos-humanos-e-politica-externa/DecPrincBasJustVitCriAbuPod.html>. Acesso em: 13 set. 2020.

BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos Humanos. *Recomendação nº 6, de 7 de novembro de 2018*. Dispõe sobre o posicionamento do Conselho Nacional de Direitos Humanos – CNDH contra a privatização do sistema prisional. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/acesso-a-informacao/participacao-social/conselho-nacional-de-direitos-humanos->

cndh/Recomendaon6sobreoposicionamentodoConselhoNacionaldosDireitosHumanoscontraaprivatizaodosistemaprisional.pdf/view. Acesso em: 28 set. 2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. *Carmem Lúcia diz que preso custa 13 vezes mais do que um estudante no Brasil*. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/carmen-lucia-diz-que-preso-custa-13-vezes-mais-do-que-um-estudante-no-brasil/>. Acesso em: 10 jan. 2019.

_____. *Relatório de gestão. Supervisão do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF)*. Brasília, DF: CNJ, 2017. Organização: Conselheiro Bruno Ronchetti de Castro.

_____. *Registros de Contágios e Óbitos*. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/sistema-carcerario/covid-19/registros-de-contagios-obitos/>. Acesso em: 23 jul. 2020.

_____. *Ressocializar presos é mais barato que mantê-los em presídios*. Brasília, DF: CNJ, 2017. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/84606-apac-onde-ressocializar-preso-custa-menos-do-que-nos-presidios>. Acesso em: 10 jan. 2019.

BRASIL. Conselho Nacional do Ministério Público. *A visão do Ministério Público sobre o Sistema Prisional Brasileiro*. Brasília, DF: CNMP, 2016.

_____. *Sistema prisional: estabelecimentos penais*. Disponíveis em: https://www.cnj.jus.br/inspecao_penal/mapa.php. Acesso em: 20 ago. 2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Conselho Nacional do Ministério Público. *Nota técnica conjunta nº 01/2020 CNJ/CNMP, de 28.04.2020*. Referente à destinação de recursos do Fundo Penitenciário Nacional em face da decretação de emergência de saúde pública de importância nacional para o Novo Coronavírus – Covid-19. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/04/NotaTecnica-CNJ_CNMP-Funpen-28042020.pdf. Acesso em: 29 ago. 2020.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. *Resolução CNPCP nº 06/2012*. Disponível em: <https://www legisweb.com.br/legislacao/?id=242842>. Acesso em 23 set. 2020.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional. *Levantamento nacional de informações penitenciárias*. Brasília: DF, DEPEN, 2015. INFOPEN Atualização – Junho/2014. Organização: Renato Campos Pinto de Vitto *et al.*

_____. *Levantamento nacional de informações penitenciárias: INFOPEN Atualização – Junho/2017*. Brasília, DF: DEPEN, 2019. Organização: Marcos Vinícius Moura Silva

BRASIL. Departamento Penitenciário Nacional. *Modelo de gestão para a política prisional*. Brasília, DF: DEPEN, 2016. Coordenação: Valdirene Daufemback.

_____. *Nota Técnica 27/2019/GAB-DEPEN/DEPEN-MJ*. Disponível em: <https://www.gov.br/depen/pt-br/RelatriodeExecuoOramentriaFUNPEN.pdf>. Acesso em: 23 set. 2020.

_____. *Nota Técnica n.º 21/2020/COMAP/DIRPP/DEPEN/MJ*. Disponível em: http://antigo.depen.gov.br/DEPEN/copy_of_NotaTcnica212020monitoraoeletronica.pdf
Acesso em: 23 set. 2020.

BRASIL. Ministério da Justiça. Fundo Penitenciário Nacional. *Funpen em números*. 6. ed. Brasília, DF, Ministério da Justiça, 2012.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. *Plano nacional de política criminal e penitenciária (2020-2023)*. Brasília, DF: Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2019.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional. *Presos em unidades prisionais no Brasil: período de julho a dezembro de 2019*. [Painel online do INFOPEN 2019]. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiZWl2MmJmMzYtODA2MC00YmZiLWI4M2ItNDU2ZmlyZjFjZGQ0IiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRIiOGRhNmJmZThlMSJ9>. Acesso em: 24 set. 2020.

_____. *Relatório temático sobre mulheres privadas de liberdade*. Junho/2017. Org. Marcos Vinícius Moura Silva. Disponível em: <https://www.gov.br/depen/pt-br/sisdepen/mais-informacoes/relatorios-infopen/relatorios-sinteticos/infopenmulheres-junho2017.pdf/view>. Disponível em: http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/copy_of_Infopenmulheresjunho2017.pdf. Acesso em: 23 jul. 2020.

BRASIL. Ministério Público Federal. *MPF e MPRR conseguem liminar para bloqueio de 17 milhões do Fundo Penitenciário*. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/rr/sala-de-imprensa/noticias-rr/mprr-e-mpf-conseguem-liminar-para-bloqueio-de-17-milhoes-do-fundo-penitenciario>. Acesso em: 12 set. 2020.

_____. *Portaria n.º 3, em 19 de setembro de 2014*. Cria Grupo de Trabalho sobre o Fundo Penitenciário Nacional (FUNPEN) para apresentação de propostas para seu melhor aproveitamento e fiscalização por parte do Ministério Público Federal, e designa seus integrantes. Disponível em: <http://bibliotecadigital.mpf.mp.br/bdmpf/bitstream/handle/11549/5222/PORTARIA%207C-CR-MPF%20N%3f%203-2014.pdf?sequence=2&isAllowed=y>. Acesso em: 21 jan. 2019.

_____. 7ª Câmara de Coordenação e Revisão. *Relatório final do grupo de trabalho sobre o fundo penitenciário*. Brasília, DF: MPF, 2015.

BRASIL. Secretaria de Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro. *Integridade nas compras públicas*. Brasília, DF: Secretaria ENCCLA, [2019]. Disponível em: <http://enccla.camara.leg.br/acoes/arquivos/resultados-enccla-2019/cartilha-integridade-compras-publicas>. Acesso em: 13 set. 2020.

BRASIL. Secretaria-Geral da Presidência da República. Secretaria Nacional de Juventude. *Mapa do encarceramento: os jovens do Brasil*. Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

BRASIL tem maior carga tributária da América Latina. Disponível em: <https://crcgo.org.br/novo/?p=12600>. Acesso em: 27 ago. 2020.

BRUME, Bruno André. Sistemas prisionais em outros países: como o Brasil se compara ao resto do mundo? *Politize: educação política sem complicação*, [S. l.] 10 fev. 2017. Disponível em: <https://www.politize.com.br/sistemas-penitenciarios-outros-paises/>. Acesso em: 13 jul. 2019.

CAMPOS, Carlos Alexandre de Azevedo. *Estado de coisas inconstitucional*. 2. ed. rev., atual. e ampl. Salvador: JusPodivm, 2019.

CAOS em presídios do Maranhão é resultado de anos de omissão do poder público. *Rede Brasil Atual*, São Paulo, 30 dez. 2013. Cidadania. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2013/12/caos-em-penitenciarias-do-maranhao-e-resultado-de-anos-de-omissao-4520>. Acesso em: 25 abr. 2019.

CNJ: Trabalho prisional em Campo Grande (MS) gera economia aos cofres públicos. Disponível em: <https://www.sedep.com.br/noticias/cnj-trabalho-prisional-em-campo-grande-ms-gera-economia-aos-cofres-publicos/>. Acesso em: 16 set. 2020.

CARVALHO NETO, Ruy Reis. Indiferença estatal e social: a situação e abandono das mulheres no cumprimento da pena. In: BRASIL. Conselho Nacional do Ministério Público. *A visão do Ministério Público sobre o Sistema Prisional Brasileiro*. Brasília: CNMP, 2016. p. 31-33. Disponível em: https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Publicacoes/documentos/2016/Livro_sistema_prisional_web_7_12_2016.pdf. Acesso em: 15 out. 2019.

CHEMIM, Vera Lúcia. *Agora ressuscitado, Funpen foi marginalizado desde sua criação*. *Consultor Jurídico*, São Paulo, 25 jan. 2017. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2017-jan-25/vera-chemim-ressuscitado-funpen-foi-marginalizado-criacao>. Acesso em: 15 out. 2019.

COLARES, Samuel Miranda. O método APAC de Execução Penal. In: BRASIL. Conselho Nacional do Ministério Público. *A visão do Ministério Público sobre o Sistema Prisional Brasileiro*. Brasília: CNMP, 2016. p. 24-25. Disponível em: https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Publicacoes/documentos/2016/Livro_sistema_prisional_web_7_12_2016.pdf. Acesso em: 15 out. 2019.

CONHEÇA o Sistema Penitenciário Federal. 8 set. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/justica-e-seguranca/2019/12/conheca-o-sistema-penitenciario-federal>. Acesso em: 2 fev. 2020.

CONGRESSO investiga situação do sistema prisional no Brasil há 40 anos. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 13 jan. 2017. Cotidiano. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/01/1849239-congresso-investiga-situacao-do-sistema-prisional-no-brasil-ha-40-anos.shtml>. Acesso em: 9 maio 2020.

CONTI, José Maurício. *Levando direito financeiro a sério*. São Paulo: Blucher, 2016.

_____. Solução para a crise carcerária tem significativo reflexo orçamentário. *Consultor Jurídico*, São Paulo, 25 ago. 2015. Contas à vista. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2015-ago-25/contas-vista-solucao-situacao-carceraria-significativos-reflexos-orcamentarios>. Acesso em: 5 jan. 2019.

CORDEIRO, Grecianny Carvalho. *Privatização do Sistema Prisional Brasileiro*. Rio de Janeiro: Ed. Freitas Bastos, 2006.

CUESTA 70 pesos alimentar a un preso. *El Herald*, México, 6 nov. 2018. Disponível em: <https://heraldodemexico.com.mx/estados/cuesta-70-pesos-alimentar-a-un-pres/>. Acesso em: 18 ago. 2020.

DANTAS, Fernanda Priscila Ferreira; RIBEIRO, Janiny Karla Pereira da Câmara. *A Administração pública e as escolhas trágicas na efetivação dos direitos fundamentais sociais*. Disponível em: publicadireito.com.br. Acesso em: 29 abr. 2019.

DAVIS, Angela. *Estarão as prisões obsoletas?* Tradução Marina Vargas. Rio de Janeiro: Difei, 2018.

FRIAS, Andrea Simone. Ressocialização, do preconceito à eficácia da pena. *Dialógico. Revista do Movimento do Ministério Público Democrático*, v. 14, n. 52, 2017.

DOSTOIÉVSKI, Fiódor. *Memória da casa dos mortos*. São Paulo: Martin Claret, 2006.

DREISINGER, Baz. A Noruega prova que tratar presos como seres humanos realmente funciona. *Huffpost Brasil*, 28 mar. 2017. Disponível em: https://www.huffpostbrasil.com/2017/03/28/a-noruega-prova-que-tratar-presos-como-seres-humanos-realmente-f_a_22016014/. Acesso em: 14 jul. 2020.

DUARTE, Antônio Pereira. Apresentação. In: BRASIL. Conselho Nacional do Ministério Público. *A visão do Ministério Público sobre o Sistema Prisional Brasileiro*. Brasília, DF: CNMP, 2016. p. 19-20. Disponível em: https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Publicacoes/documentos/2016/Livro_sistema_prisional_web_7_12_2016.pdf. Acesso em: 15 out. 2019

DUMAS, Alexandre. *O Conde de Monte Cristo*. Tradução André Telles e Rodrigo Lacerda. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2012.

DUTRA, Walkiria Zambrzivicky. *O Sistema Penitenciário Brasileiro e o conflito federativo: impasses e avanços na construção de uma política nacional*. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 42., Caxambú. Anais [...]. Caxambú, 2018.

FARIA, Ana Paula. APAC: Um modelo de humanização do sistema penitenciário. *Âmbito Jurídico*, São Paulo, v. 14, n. 87, abr. 2011. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=9296. Acesso em: 14, jun. 2018.

FERREIRA, Carlos Lélío Lauria; SANTIAGO, Nestor Eduardo Araruna. O Custo do encarceramento no Brasil sob a ótica da análise econômica do Direito. *Revista Digital Constituição e Garantia de Direitos*, Rio Grande do Norte, v. 11, n. 1, p. 201-216, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/constituicaoegarantiadedireitos/article/view/15359/10781>. Acesso em: 16 set. 2020.

FERREIRA, Marta. Condenado a 100 anos, traficante foge 8h depois de conseguir prisão domiciliar. *Campo Grande News*, Campo Grande, 23 abr. 2020. Ferreira, Marta. Condenado a 100 anos, traficante foge 8h depois de conseguir prisão domiciliar. *Campo Grande News*, Campo Grande, 23 abr. 2020. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/condenado-a-100-anos-traficante-foge-8h-depois-de-conseguir-prisao-domiciliar>. Acesso em: 16 jul. 2020.

FIORENTINO, Luiz Carlos Fróes del, *As transferências intergovernamentais no federalismo fiscal Brasileiro*. 2010. Dissertação (Mestrado em Direito Econômico e Financeiro) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

INSTITUTE FOR CRIMINAL POLICY RESEARCH. WALMSLEY, Roy. *World Prison Population List*. 12th ed. [2018]. Disponível em: https://www.prisonstudies.org/sites/default/files/resources/downloads/wppl_12.pdf. Acesso em: 17 mar. 2019.

JESUS FILHO, José de. *Prisões brasileiras e colombianas: na mesma margem*. Disponível em: https://carceraria.org.br/wp-content/uploads/2012/07/SEGURANCA_PUBLICA_PAISES_AMERICA-LATINA.pdf. Acesso em: 17 set. 2020.

FONSECA, Cibele Benevides Guedes da. Ausência de Investimentos no Sistema Prisional: Uma hipótese de Improbidade Administrativa no Brasil. In: BRASIL. Conselho Nacional do Ministério Público. *A visão do Ministério Público sobre o Sistema Prisional Brasileiro*. Brasília: CNMP, 2016. p. 27-28. Disponível em: https://www.cnmp.mp.br/portal/images/Publicacoes/documentos/2016/Livro_sistema_prisional_web_7_12_2016.pdf. Acesso em: 15 out. 2019.

FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Tradução de Eduardo Jardim e Roberto Machado. Rio de Janeiro: Ed. Nau, 2002.

_____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramalhete. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

FRISCHEISEN, Luiza Cristina Fonseca. *Políticas públicas: a responsabilidade do administrador e o Ministério Público*. São Paulo: Limonad, 2000.

CONTAS abertas. Fundo penitenciário completa 20 anos sem atingir suas finalidades. Disponível em: <http://www.contasabertas.com.br/webiste/arquivos/7530>. Acesso em: 13 nov. 2016.

GALEANO, Eduardo H. *As veias abertas da América Latina*. Tradução de Sérgio Faraco. Porto Alegre: L&PM, 2012.

GASTOS públicos com presos no Brasil em 2017. Disponível em: <https://www.jornalnh.com.br>. Acesso em: 15 jul. 2019.

GRECO, Rogério. *Curso de Direito Penal*. 7. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2006.

GUIMARÃES, Raquel Lamboglia; PIGNATARI, Leonardo Thomaz. O fundo penitenciário nacional e os desafios da administração carcerária. *Revista Fórum de Direito Financeiro e Econômico*, Belo Horizonte, v. 6, n. 11, p. 195-207, mar./ago. 2017.

HOLANDA enfrenta 'crise penitenciária': sobram celas, faltam condenados. *BBC News Brasil*, 19 out. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-37966875>. Acesso em: 13 jul. 2019.

HOLMES, Stephen; SUNSTEIN, Cass. R. *The cost of rights: why liberty depends on taxes*. New York: W. W. Norton & Company, 1999.

HUMAN RIGHTS WACHT. *O Brasil atrás das grades: uma análise do sistema penitenciário*. Disponível em: <https://www.hrw.org/legacy/portuguese/reports/presos/sistema.htm>. Acesso em: 8 abr. 2020.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS. Conselho Nacional de Justiça. *Relatório final de atividades da pesquisa sobre reincidência criminal, conforme Acordo de Cooperação Técnica entre o CNJ e o IPEA (001/2012) e respectivo Plano de Trabalho*. Rio de Janeiro: IPEA, 2015.

_____. Fórum Brasileiro De Segurança Pública. *Atlas da violência 2018*. Rio de Janeiro: Ipea: FBSP, 2018. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/9/atlas-2018>. Acesso em 24 jan. 2020.

_____. *Atlas da violência 2019*. Rio de Janeiro: Ipea: FBSP, 2019. Disponível em: http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/06/Atlas_2019_infografico_FINAL.pdf. Acesso em: 24 set. 2020

INSTITUTO TERRA, TRABALHO E CIDADANIA. *Egressos do sistema prisional: o que o Município tem a ver com isso?* [S. l: s. n.], 2018. 1 vídeo (6 min.). Disponível em: <http://ittc.org.br/egressos-do-sistema-prisional-o-que-o-municipio-tem-a-ver/>. Acesso em: 5 jan. 2019.

_____. *15 Propostas de Atuação dos Municípios na Justiça Criminal*. Disponível em: http://ittc.org.br/wp-content/uploads/2017/06/18MAI_15propostas.pdf. Acesso em: 20 maio 2020.

JESUS, Damásio E. de. *Direito Penal: parte geral*, de acordo com a Lei nº 7.209, de 11.7-1984. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 1999. v. 1.

JULIOTTI, Pedro de Jesus. *Terceirização dos estabelecimentos prisionais*. 2017. Tese (Doutorado em Direito Penal, Medicina Forense e Criminologia) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

KAFKA, Franz. *O veredicto e na colônia penal*. Tradução e posfácio Modesto Carone. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

KROEZEN, Thijs. *Dit kost één gevangene de Nederlandse staat per dag: vijf keer het gemiddelde*. 20 Mar. 2018. Disponível em: <https://wnl.tv/2018/03/20/dit-kost-een->

gevangene-de-nederlandse-staat-per-dag-vijf-keer-het-gemiddelde/. Acesso em: 18 ago. 2020.

LEAL, César Barros. *Vigilância eletrônica à distância*: instrumento de controle e alternativa à prisão na América Latina. Curitiba: Juruá, 2011.

LEITE, George Salomão; SARLET, Ingo Wolfgang. *Direitos fundamentais e Estado Constitucional*: estudo em homenagem a J.J. Gomes Canotilho. São Paulo: Editora Revistas dos Tribunais, 2009.

LEWANDOWSKI, Enrique Ricardo. Por um sistema carcerário eficiente. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 10 de maio, p. A3, 2015.

LOBO, Rogerio Leite. *Federalismo fiscal brasileiro*: discriminação das rendas tributárias e centralidade normativa. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

LIMA, Adriana Monteiro Sanches de; LIMA, Fernando Antônio de. *Hermenêutica tributária*: a proteção constitucional dos contribuintes: questões atuais e relevantes de ISS, ICMS, IR, isenção, contribuições sociais e planejamento tributário. Jales: F.A. Lima, 2019.

LOEWENSTEIN, Karl. *Teoría de la constitución*. Barcelona: Ariel, 1964.

MANDELA, Nelson. *Cartas da prisão de Nelson Mandela*. Edição Venter Sahn. São Paulo: Ed. Todavia, 2018.

MASMORRA. In: [Dicionário de significados]. Disponível em: <https://www.significados.com.br/?s=masmorra>. Acesso em: 13 set. 2020.

MELO, João Ozorio de. Grande parte das prisões dos EUA tem padrão de terceiro mundo. *Consultor Jurídico*, São Paulo, 7 abr. 2019. Reforma do Sistema Prisional. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2019-abr-07/grande-parte-prisoas-eua-padrao-terceiro-mundo>. Acesso em: 16 se. 2019.

_____. Noruega consegue reabilitar 80% de seus criminosos. *Consultor Jurídico*, São Paulo, 27 de junho de 2012. Crime e Castigo. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2012-jun-27/noruega-reabilitar-80-criminosos-prisoas>. Acesso em: 16 set. 2019.

MINISTRO da Justiça volta a dizer que presídios brasileiros são ‘masmorras medievais’. 5 nov. 2015. Disponível em: <https://www.bonde.com.br/bondenews/nacional/ministro-da-justica-volta-a-dizer-que-presidios-brasileiros-sao-masmorras-medievais-391313.html>. Acesso em: 2 jul. 2019.

MODZELESKI, Alessandra; MAZUI, Guilherme. Tornozeleiras eletrônicas monitoram mais de 24 mil presos no país, diz levantamento. *GI*, [Rio de Janeiro?], 21 jul. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/tornozeleiras-eletronicas-monitoram-mais-de-24-mil-presos-no-pais-diz-levantamento.ghtml>. Acesso em: 15 mar. 2019.

MONTENEGRO, Manuel Carlos. Grupo do CNJ apresenta primeiro relato sobre situação carcerária do Amazonas. *Agência CNJ de Notícias*, Brasília, DF, 14 mar. 2017. Disponível

em: <https://www.cnj.jus.br/grupo-do-cnj-apresenta-primeiro-relato-sobre-situacao-carceraria-do-amazonas/>. Acesso em: 16 set. 2020.

MORTES em presídios do país em 2017 já superam o massacre do Carandiru. *GI*, [Rio de Janeiro?], 16 jan. 2017. Disponível em: <http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2017/01/mortes-em-presidios-do-pais-em-2017-ja-superam-o-massacre-do-carandiru.html>. Acesso em: 26 jun. 2019.

MOURA, Maria Thereza Rocha de Assis. Execução penal e falência do Sistema Carcerário. In: NUCCI, Guilherme de Souza; MOURA, Maria Thereza Rocha de Assis (org.). *Doutrinas essenciais: processo penal*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012. v. 7.

MPF ajuíza ação contra Governo do Estado para combater crise nos presídios do Piauí. *Portal AZ*: informação de verdade, Teresina, 22 set. 2018. Disponível em: <http://www.portalaz.com.br/noticia/justica/2924/mpf-ajuiza-acao-contra-governo-do-estado-para-combater-crise-nos-presidios-do-piaui>. Acesso em: 12 set. 2020.

MURARO, Célia Cristina. *As parcerias público-privadas no sistema penitenciário brasileiro*. Disponível em: http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=12136. Acesso em: 11 out. 2017.

NATIONAL ARCHIVES. Federal Register. *Annual Determination of Average Cost of Incarceration*. [2018]. Disponível em: <https://www.federalregister.gov/documents/2018/04/30/2018-09062/annual-determination-of-average-cost-of-incarceration>. Acesso em: 11 mar. 2020.

OLIVEIRA, Regis Fernandes de. *Curso de Direito Financeiro*. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.

_____. *Direito e arte*. São Paulo: Malheiros, 2017.

O PANÓPTICO. In: SABEDORIA Política: um site dedicado ao estudo da política. Disponível em: <https://www.sabedoriapolitica.com.br/products/o-panoptico/>. Acesso em: 13 set. 2020.

ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS. Escritório das Nações Unidas Sobre Drogas e Crimes. *Regras mínimas das Nações Unidas para tratamento dos reclusos*: (regras de Mandela). Disponível em: https://www.unodc.org/documents/justice-and-prison-reform/Nelson_Mandela_Rules-P-ebook.pdf. Acesso em: 13 set. 2020.

PAGNAN, Rogério; GENTILE, Rogério. Autoridades de São Paulo não queriam Marcola, chefe do PCC, na fronteira. *Portal Folha São Paulo/UOL*, [São Paulo?]. 15 fev. 2019.

PIMENTEL, Manoel Pedro Pimentel. Ensaio sobre a pena. In: NUCCI, Guilherme de Souza; MOURA, Maria Thereza Rocha de Assis (org.). *Doutrinas essenciais: processo penal*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012. v. 7. p. 759-793.

_____. *Sistemas penitenciários*. In: NUCCI, Guilherme de Souza; MOURA, Maria Thereza Rocha de Assis (org.). *Doutrinas essenciais: processo penal*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012. v. 7. p. 809-837.

PLATES, José Rubens. *O Ministério Público como agente transformador dos valores socioculturais: corrupção e ação penal nº 470 (Mensalão)*. Monografia (Especialização em Direito Aplicado ao Ministério Público) – Escola Superior do Ministério Público da União, Brasília, DF, 2014.

PREFEITURA de Charqueadas e União acertam detalhes para transferência da área. Portal de Notícias, Portal de Notícias, São Jerônimo, 3 nov. 2017. Disponível em: <https://www.portaldenoticias.com.br/noticia/2882/prefeitura-de-charqueadas-e-uniao-acertam-detalhes-para-transferencia-da-area.html>. Acesso em: 4 jan. 2019.

PROJETO na Holanda quer cobrar dos detentos os custos da prisão. Disponível em: <https://recordtv.r7.com/fala-brasil/videos/projeto-na-holanda-quer-cobrar-dos-detentos-os-custos-da-prisao-06102018>. Acesso: 15 jun. 2020.

PROPOSTA para a melhoria do sistema prisional brasileiro. *Dialógico. Revista do Movimento do Ministério Público Democrático*, São Paulo, v. 14, n. 52, p. 41-44, 2017. Disponível em: <https://mpd.org.br/wp-content/uploads/2018/01/revista52.pdf>. Acesso em: 13 set. 2020.

REBELIÃO em Presídio de RO causou prejuízos de R\$ 120 mil, diz SEJUS. *Portal Espigão: Notícia a serviço do cidadão*, [Porto Velho?], 20 out. 2015. Disponível em: <https://portalespigao.com.br/rebeliao-em-presidio-de-ro-causou-prejuizos-de-r-120-mil-diz-sejus/>. Acesso em: 25 nov. 2019.

RELATÓRIO mundial 2015: México. Disponível em: <https://www.hrw.org/pt/world-report/2015/country-chapters/268104>. Acesso em: 13 set. 2019.

ROIG, Rodrigo Duque Estrada. *Execução penal: teoria crítica*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

QUEIROZ, Nana. *Presos que menstruam*. Rio de Janeiro: Record, 2015.

PAPATERRA, Mário. Inércia do estado resulta em crise de gestão e constantes massacres nos presídios. [Entrevista concedida a] Paulo Ferreira. *Dialógico. Revista do Movimento do Ministério Público Democrático*, São Paulo, v. 14, n. 52, p. 8-13, 2017. Disponível em: <https://mpd.org.br/wp-content/uploads/2018/01/revista52.pdf>. Acesso em: 13 set. 2020.

PRESOS são algemados em lixeira após horas dentro de viatura no RS. *GI*, Porto Alegre, 9 nov. 2016 Disponível em: <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2016/11/presos-sao-algemados-em-lixeira-apos-horas-dentro-de-viatura-no-rs.html>. Acesso em: 26 jun. 2019.

POR que a Noruega é o melhor país do mundo para ser preso. *GI*, [Rio de Janeiro?], 17 mar. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/03/por-que-a-noruega-e-o-melhor-pais-do-mundo-para-ser-presos.html>. Acesso em: 13 jul. 2019.

SACHETTA, Paula. *Quanto mais presos, maior o lucro*. Disponível em <http://apublica.org/2014/05/quanto-mais-presos-maior-o-lucro/>. Acesso em: 9 jan. 2016.

SANCHES, Osvaldo Maldonado. Fundos federais: origens, evolução e situação atual na administração federal. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, v. 154, p. 269-299, abr./jun. 2002.

SANTOS, Isabela Santana dos. *Os custos do sistema prisional brasileiro: uma análise acerca dos custos do direito de punir do estado e da garantia dos direitos individuais dos presos*. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-penal/os-custos-do-sistema-prisional-brasileiro-uma-analise-acerca-dos-custos-do-direito-de-punir-do-estado-e-da-garantia-dos-direitos-individuais-dos-presos/>. Acesso em: 25 abr. 2020.

SANTOS, Ricart César Coelho dos. *Financiamento da saúde pública no Brasil*. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Administração Penitenciária. Penitenciárias paulistas usam arte em ressocialização de presos. *Portal do Governo*, São Paulo, 31 dez. 2018. Disponível em: <http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/ultimas-noticias/penitenciarias-paulistas-usam-arte-em-ressocializacao-de-presos/>. Acesso em: 18 jun. 2018.

SARLET, Ingo Wolfgang. *A eficácia dos direitos fundamentais*. 8. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

SILVA, Evandro Lins e. De Beccaria a Fillipo Gramática. In: ARAÚJO JÚNIOR, João Marcelo de (org.). *Sistema penal para o terceiro milênio*. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 1991.

_____. Privatização das prisões. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 4 de abr. 1992.

SIMÕES, Fabíola. Detentos se formam na universidade com programa de baixo custo e só 2% voltam ao crime. *A Soma de Todos os Afetos*, 14 fev. 2020. Disponível em: <https://www.asomadetodosafetos.com/2020/02/detentos-se-formam-na-universidade-com-programa-de-baixo-custo-e-so-2-voltam-ao-crime.html>. Acesso em: 17 fev. 2020.

SOUZA, Izabela. Quanto custa um preso no Brasil? *Politize*, [S. l.], 14 fev. 2017. Disponível em: <https://www.politize.com.br/quanto-custa-presno-brasil/>. Acesso em: 15 jul. 2019.

SOUZA, Renato. Rebeliões, mortes e fugas em presídios marcam o início de 2018. *Correio Brasiliense*, [Brasília, DF], 15 jan. 2018. Brasil. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2018/01/15/interna-brasil,653290/rebelioes-mortes-e-fugas-em-presidios-marcam-o-inicio-de-2018.shtml>. Acesso em: 26 jun. 2019.

TEMER anuncia repasse de R\$ 1,2 bi para o sistema penitenciário dos Estados. *Brasília: Portal R7*. 28 dez. 2016. Disponível em: <https://noticias.r7.com/distrito-federal/temer-anuncia-repasse-de-r-12-bi-para-sistema-penitenciario-dos-estados-28122016>. Acesso em 27 out. 2016.

THOMPSON, Augusto. *A questão penitenciária*. 5. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Faculdade de Direito de Ribeirão Preto. *Grupo de Estudos Carcerários Aplicados da Universidade de São Paulo divulga pesquisa sobre o custo mensal e anual de uma pessoa presa no Brasil*. Disponível em: <http://www.direitorp.usp.br/grupo-de-estudos-carcerarios-aplicados-da-universidade-de-sao-paulo-gecap-usp-divulga-pesquisa-sobre-o-custo-mensal-e-anual-de-uma-pessoa-presa-no-brasil/>, 2016. p. 18. Acesso em: 8 jul. 2019.

VARELLA, Drauzio. *Estação Carandiru*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. Cadeias e demagogia. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/drauziovarella/2019/02/cadeias-e-demagogia.shtml>. Acesso em: 6 fev. 2019.

_____. *Prisioneiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

VASCONCELOS, Beto Ferreira Martins. *et. al. Questão federativa, sistema penitenciário e intervenção federal*. *Revista Culturas Jurídicas*, Santa Maria, v. 5, n.10, jan./abr. 2018.

VASCONCELOS, Caê. Por conta da Covid-19, líder do PCC no Paraná é solto pela Justiça e foge. *Ponte*, [S. l.], 24 abr. 2020. Disponível em: <https://ponte.org/por-counta-da-covid-19-lider-do-pcc-no-parana-e-solto-pela-justica/>. Acesso em: 13 set. 2020

VASCONCELOS JÚNIOR, Marcos de Oliveira. O Federalismo e a posição do Município no Estado Federal Brasileiro. *Revista Jus Navigandi*, Teresina, v. 17, n. 3107, jan. 2012. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/20774>. Acesso em: 15 jul. 2019.

VIANA. Thamires. *O poço: entenda o final e as referências do longa*. UOL, [São Paulo], 7 abr. 2020. Notícias. Disponível em: <https://www.cineclick.com.br/noticias/o-poco-entenda-o-final-e-as-referencias-do-longa>. Acesso em: 24 set. 2020.

VOCÊ sabe a diferença entre Revolução 4.0 e Sociedade 5.0? Disponível: <https://www.digisystem.com.br/voce-sabe-a-diferenca-entre-revolucao-4-0-e-sociedade-5-0/>. Acesso em: 11 set. 2020.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. *Manual de Direito Penal brasileiro: parte geral*. 8. ed. rev. e atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009. v. 1.

Julgados

BRASIL. Justiça Federal do Rio Grande do Norte. Seção Judiciária de Natal. *Autos nº 0804264-12.2016.4.05.8400*. Disponível em: <https://pje.jfrn.jus.br/pje/ConsultaPublica/listView.seam>

BRASIL. Justiça Federal de São Paulo. Subseção Judiciária de Jales. *Autos nº 5001005-10.2020.403.6124*. Disponível em: <https://pje1g.trf3.jus.br/pje/ConsultaPublica/listView.seam>

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. (6 Turma). *RHC 111.715/RS*. Relator: Min^a. Laurita Vaz. DJE, 10 de outubro de 2019. Disponível em: www.stj.jus.br.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. (2 Turma). *Resp. 1.537.530/SP*. Disponível em: http://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias-antigas/2017/2017-04-27_17-48_Estado-de-Sao-Paulo-devera-fornecer-banho-quente-a-presidiarios.aspx.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Súmula 208 STJ*. Compete à Justiça Federal processar e julgar prefeito municipal por desvio de verba sujeita a prestação de contas perante órgão federal. Brasília, DF: Superior Tribunal de Justiça, [1998]. Disponível em: https://ww2.stj.jus.br/docs_internet/revista/electronica/stj-revista-sumulas-2010_15_capSumula208.pdf. Acesso em: 19 ago. 2020.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. *Súmula 209 STJ*. Compete à Justiça Estadual processar e julgar prefeito por desvio de verba transferida e incorporada ao patrimônio municipal. Brasília, DF: Superior Tribunal de Justiça, [1998]. Disponível em: https://ww2.stj.jus.br/docs_internet/revista/electronica/stj-revista-sumulas-2010_15_capSumula209.pdf. Acesso em: 19 ago. 2020.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. (2 Turma). *Habeas Corpus 143.641/SP*. Relator Min. Ricardo Lewandowski. Disponível em: www.stf.jus.br.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Arguição de descumprimento de preceito fundamental 45 MC/DF*. Relator: Min. Celso de Mello. Data de julgamento: 29/04/2004. Publicação DJU: 04/05/2004. Disponível em: www.stf.jus.br.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Arguição de descumprimento de preceito fundamental 347 MC/DF*. Relator Min Marco Aurélio. Data de julgamento: 09/09/2015. *Diário da Justiça Eletrônico*, São Paulo, 18 fev. 2016. Disponível em: www.stf.jus.br.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário 592.581/RS. Relator: Min. Ricardo Lewandowski. Data de julgamento: 12/08/2015. *Diário da Justiça Eletrônico*, São Paulo, 18 fev. 2016. Disponível em: www.stf.jus.br.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário 580.252/MS. Relator Min. Ricardo Lewandowski. Data de julgamento: 16/02/2017. *Diário da Justiça Eletrônico*, São Paulo, 23 fev. 2017. Disponível em: www.stf.jus.br.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Recurso Extraordinário 641.320/RS. Relator. Min. Gilmar Mendes. Data de julgamento: 11/05/2016. *Diário da Justiça Eletrônico*, São Paulo, 1 ago. 2016. Disponível em: www.stf.jus.br.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *Súmula Vinculante 56*. A falta de estabelecimento penal adequado não autoriza a manutenção do condenado em regime prisional mais gravoso, devendo-se observar, nesta hipótese, os parâmetros observados no RE 641.320/RS. Brasília, DF: Supremo Tribunal Federal, [2016]. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/menuSumario.asp?sumula=3352>. Acesso em: 19 ago. 2020.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. *TC 022.118/2015-2*. Rel. Min. Bruno Dantas. Julgado em: 24/05/2017. Disponível em: portal.tcu.gov.br.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. *TC 020.748/2014-0*. Rel. Min. Vital do Rego. Julgado em: 02/08/2017. Disponível em: portal.tcu.gov.br.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. *TC 003.673/2017-0*. Rel. Min. Vital do Rego. Julgado em: 29/11/2017. Disponível em: portal.tcu.gov.br.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. *TC 026.096/2017-0*. Rel. Min^a. Ana Arraes. Julgado em: 02/05/2018. Disponível em: portal.tcu.gov.br.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. *TC 018.047/2018-1*. Rel. Min^a. Ana Arraes. Julgado em: 03/07/2019. Disponível em: portal.tcu.gov.br.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. *Resolução de 18 jun. 2002*. Medidas Provisórias Solicitadas pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Caso da Penitenciária “Urso Branco”. Disponível em: https://www.corteidh.or.cr/docs/medidas/urso_se_03_portugues.pdf. Acesso em: 25 set. 2019.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. *Resolução de 14 nov. 2014*. Medidas Provisórias a Respeito do Brasil. Assunto do Complexo Penitenciário de Pedrinhas. Disponível em: https://www.corteidh.or.cr/docs/medidas/pedrinhas_se_01_por.pdf. Acesso em: 25 out. 2019.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. *Resolução de 22 nov. 2014*. Medidas Provisórias a Respeito do Brasil. Assunto do Instituto Penal Plácido de Sá Carvalho. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/pgr/documentos/resolucao-cidh-placido-de-sa>. Acesso em: 27 out. 2019.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. *Resolução de 28 nov. 2018*. Medidas Provisórias a Respeito do Brasil. Assunto do Complexo Penitenciário de Curado. Disponível em: https://www.corteidh.or.cr/docs/medidas/curado_se_06_por.pdf. Acesso em: 25 out. 2019.

SÃO PAULO (ESTADO). Tribunal de Contas do Estado. *TC-021773.989.19-9*. Exame Prévio de Edital, Relator Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo (Acórdão TCE nº TC-21773.989.19-9, julgado em 11.12.2019).

Normas

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: www.planalto.gov.br.

BRASIL. Decreto nº 9.450, de 24 de julho de 2018. Institui a Política Nacional de Trabalho no âmbito do Sistema Prisional, voltada à ampliação e qualificação da oferta de vagas de trabalho, ao empreendedorismo e à formação profissional das pessoas presas e egressas do sistema prisional, e regulamenta o § 5º do art. 40 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993,

que regulamenta o disposto no inciso XXI do caput do art. 37 da Constituição e institui normas para licitações e contratos da administração pública firmados pelo Poder Executivo federal. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 25 jul. 2018. Disponível em: www.planalto.gov.br.

BRASIL. Decreto-lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Institui o Código Penal. *Diário Oficial da União*, Brasília, de 31 dez. 1940. Disponível em: www.planalto.gov.br.

BRASIL. Lei 12.258/2010. Altera o Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e a Lei no 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para prever a possibilidade de utilização de equipamento de vigilância indireta pelo condenado nos casos em que especifica. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 16 jun. 2010. Disponível em: www.planalto.gov.br.

BRASIL. Lei 12.403/2011. Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, relativos à prisão processual, fiança, liberdade provisória, demais medidas cautelares, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 5 maio 2011. Disponível em: www.planalto.gov.br.

BRASIL. Lei 13.190/2015. Altera as Leis nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, que institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC, 7.210, de 11 de julho de 1984, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.935, de 18 de novembro de 1994, 11.196, de 21 de novembro de 2005, e 12.305, de 2 de agosto de 2010; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 20 nov. 2015. Disponível em: www.planalto.gov.br.

BRASIL. Lei 13.500, de 26 de outubro de 2017. Altera a Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, para dispor sobre a transferência de recursos financeiros do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen). *Diário Oficial da União*, Brasília, 27 out. 2017. Disponível em: www.planalto.gov.br.

BRASIL. Lei 13.756, de 12 de dezembro de 2018. Dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), sobre a destinação do produto da arrecadação das loterias e sobre a promoção comercial e a modalidade lotérica denominada aposta de quota fixa, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 13. dez. 2018. Disponível em: www.planalto.com.

BRASIL. Lei 13.978, de 17 de janeiro de 2020. Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2020. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 20 jan. 2020. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/31906110/publicacao/31906202>.

BRASIL. Lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 5 maio 2000. Disponível em: www.planalto.gov.br.

BRASIL. Lei complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994. Cria o Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 10 jan. 1994. Disponível em: www.planalto.gov.br.

BRASIL. Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018. Disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, nos termos do § 7º do art. 144 da

Constituição Federal; cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS); institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 12 jun. 2018. Disponível em: www.planalto.gov.br.

BRASIL. *Lei nº 13.978, de 17 de janeiro de 2020*. Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2020. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/31906110/publicacao/31906202>. Acesso em: 27 set. 2020.).

BRASIL. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 mar. 1964. Disponível em: www.planalto.gov.br.

BRASIL. Lei nº 7.209, de 11 de julho de 1984. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 13 jul. 1984. Disponível em: www.planalto.gov.br.

BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. *Diário Oficial da União*, Brasília, 13 jul. 1984. Disponível em: www.planalto.gov.br.

BRASIL. Senado Federal. *PLS 580/2015*. Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, para estabelecer a obrigação de o preso ressarcir o Estado das despesas com a sua manutenção. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=3715615&ts=1597084241870&disposition=inline>. Acesso em: 27 set. 2020.